

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A TEORIA FEMINISTA NA HISTORIOGRAFIA: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DAS  
HISTORIADORAS NA REVISTA CADERNOS PAGU (1993-2012)**

Laura Spritzer Galli

PORTO ALEGRE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A TEORIA FEMINISTA NA HISTORIOGRAFIA: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DAS  
HISTORIADORAS NA REVISTA CADERNOS PAGU (1993-2012)**

Laura Spritzer Galli

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Céli Regina Jardim Pinto

PORTO ALEGRE

2013

Laura Spritzer Galli

**A teoria feminista na historiografia: um estudo sobre a produção das historiadoras na revista Cadernos Pagu (1993-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Céli Regina Jardim Pinto

Aprovado em: 09/12/2013

Conceito: A

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Céli Regina Jardim Pinto (orientadora) – Departamento de História, UFRGS

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – Departamento de História, UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Natalia Pietra Méndez – Departamento de História, UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha mãe e ao meu pai, pelo carinho e pelo apoio nos rumos que escolhi seguir. Ao meu pai, por ter me apresentado o gosto pela história desde a mais tenra idade e por me estimular a ver o mundo com um olhar sempre crítico e questionador. À minha mãe, por partilhar a experiência do meio acadêmico, auxiliando sempre que possível, e por lembrar, pelo seu ofício, o quanto a arte nos é indispensável para levar a vida.

Ao meu avô, que, mesmo que não entendesse muito bem as razões que me levaram a cursar História, sempre deu suporte a esta “neta diferente”. O exemplo de cidadão digno, que trabalhou toda a vida em prol de sua comunidade, assim como as boas lembranças de avô generoso e amado, estarão para sempre comigo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por possibilitar um ensino de qualidade, público e gratuito.

Agradeço a minha orientadora, Céli Pinto, pela leitura e pelas sugestões feitas a este trabalho, além das boas conversas. Sua colaboração foi importante não só neste TCC, mas, sobretudo, por ter trazido à tona em nosso departamento de História, “só no século XXI!”, o feminismo e a teoria feminista. Sem isso, este trabalho não existiria.

Agradeço imensamente à professora Natalia Pietra e ao professor Benito Schmidt por aceitarem fazer parte de minha banca de avaliação. Ao Benito, além disso, pela grande contribuição desde a elaboração do projeto de pesquisa que gerou este trabalho.

Ao longo desta trajetória acadêmica, outros professores foram importantes para a minha formação como historiadora e não poderia deixar de citá-los. Nas experiências de bolsa, agradeço à Carla Rodeghero e à equipe do projeto Marcas da Memória, pelo espaço de aprendizado de um verdadeiro trabalho em grupo, algo pouco comum em nossa área; e ao professor Fábio Kuhn por me possibilitar um novo e qualificado contato com o Brasil colonial a partir da experiência da monitoria, já neste último semestre. Às professoras Silvia Petersen e Regina Xavier, pelos ensinamentos valiosos sobre teoria da história e por suas leituras críticas de trabalhos em semestres anteriores. Aos professores José Rivair Macedo e Enrique Padrós, por serem exemplos de profissionais preocupados em relacionar a universidade – e a História – com a nossa realidade social.

Acreditando que a formação acadêmica se faz não só dentro da sala de aula, agradeço a todos e todas com quem pude conviver ao longo desses anos de participação no CHIST – Centro dos Estudantes de História, pelo imensurável aprendizado social e político e pela

oportunidade de poder construir coletivamente aquilo em que se acredita. Viva a *História Coletiva!*

Aos colegas da “barra nove”, principalmente Marina Gris, Guilherme Nunes, Linaia Palacio, Grazielle Corso e Robinson Oliveira, pelos inúmeros momentos de debate, de diversão e de crescimento que tivemos juntos nesses cinco anos. Aos três últimos, em especial, por dividir as dores e delícias do fim de curso e do temido TCC: nosso grupo de apoio foi essencial nesta reta final. Aos outros tantos colegas, amigas e amigos que fiz ao longo do curso de História e que pelo limite de espaço não posso mencionar nominalmente, obrigada.

Às amigas Catharina Conte, Gabriela Lunardi, Gabriela Ruas e Maria Eduarda Rangel, que não pertencem a este meio acadêmico da história, mas que foram e são indispensáveis para o meu crescimento pessoal, obrigada pelas conversas e pelo apoio nos bons e maus momentos, desde nossa adolescência.

Ao Eduardo Peruzzo, que mesmo quando mais distante, está sempre perto. Agradeço pela primeira sugestão de tema que pôde gerar este trabalho e também por sua leitura cuidadosa com sugestões pertinentes. Mas agradeço, principalmente, por ser responsável por muitos dos melhores momentos que tive nos últimos tempos; pelas alegrias partilhadas, pelo carinho dedicado e por me instigar a ser uma pessoa melhor, todos os dias.

*Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. A querela do feminismo deu muito o que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso... No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices que se disseram neste último século tenham realmente esclarecido a questão.*

*(Simone de Beauvoir, 1949)*

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a produção historiográfica no âmbito do chamado feminismo acadêmico no Brasil a partir de artigos de historiadoras na revista científica *Cadernos Pagu*, entre 1993 e 2012. Tendo por base, de um lado, as discussões sobre como se dá a produção do conhecimento histórico e, de outro, a crítica feminista à ciência, tida como masculina, este trabalho articula tais noções para refletir sobre como ocorreram e se desenvolveram as pesquisas sob a ótica feminista na história, no caso específico da revista estudada. Com origem no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu da Unicamp, *Cadernos Pagu* é uma publicação interdisciplinar de destaque no campo dos estudos de mulheres e de gênero no Brasil, considerada como expoente para investigar a produção do conhecimento científico dessa área. Enfocando os artigos de história publicados na revista, este trabalho procura identificar neles aspectos da chamada teoria feminista, que se reflete na historiografia através da produção da chamada história das mulheres e, posteriormente, da incorporação da categoria de análise gênero nas pesquisas, entre outros aspectos. Assim, foi possível perceber como as historiadoras em *Cadernos Pagu* estabeleceram – ou não – relações entre a teoria feminista em sua produção historiográfica.

Palavras-chave: Historiografia; feminismo; teoria feminista; mulheres; gênero; *Cadernos Pagu*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. O FEMINISMO E A HISTORIOGRAFIA: NOVOS OBJETOS E NOVOS OLHARES.....</b>	<b>14</b>
1.1. Considerações sobre a produção do conhecimento histórico.....	15
1.2. A crítica feminista do conhecimento ou uma epistemologia feminista.....	17
1.3. Historiadoras feministas ou feministas historiadoras.....	20
<b>2. O FEMINISMO ACADÊMICO NO BRASIL E A REVISTA CADERNOS PAGU.....</b>	<b>23</b>
2.1. O Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e os Cadernos Pagu.....	28
2.2. As historiadoras nos Cadernos Pagu.....	30
<b>3. MULHERES, TEORIA FEMINISTA E HISTORIOGRAFIA: O CASO DA REVISTA CADERNOS PAGU.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1. Fontes e metodologias: o diálogo com a historiografia.....</b>	<b>34</b>
3.1.1. História social das mulheres.....	35
3.1.2. Representações.....	37
3.1.3. Memória e história oral.....	39
<b>3.2. A questão do público e do privado.....</b>	<b>41</b>
<b>3.3. As categorias <i>mulheres</i> e <i>gênero</i>.....</b>	<b>46</b>
3.3.1. A categoria empírico-descritiva <i>mulheres</i> .....	47
3.3.2. A categoria de análise <i>gênero</i> .....	52
3.3.3. Os textos teóricos.....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>68</b>



## INTRODUÇÃO

O movimento feminista contribuiu para mudar diversos padrões vigentes nas sociedades ocidentais ao longo do século XX. Aos poucos, com a possibilidade de entrada de mulheres nas universidades, esse movimento também se inseriu no meio acadêmico, trazendo novos questionamentos a respeito do funcionamento da ciência, produzida por e para homens. Tal processo ocorreu primeiro em lugares como França, Inglaterra e Estados Unidos, mas gradualmente se expandiu aos países do hemisfério sul, no chamado “terceiro mundo”. Pretendo abordar parte do desenvolvimento desse campo de estudos feministas no que diz respeito ao caso brasileiro, onde passa a ser mais evidente a partir da década de 1980.

O tema desta pesquisa surgiu a partir de leituras a respeito do feminismo acadêmico e, principalmente, a sua relação com a produção historiográfica, feitas durante os últimos anos de minha graduação. De dentro da universidade, pude perceber a importância que esse meio ocupa enquanto espaço para o debate feminista e de gênero no Brasil. Assim, ao considerar que a história se escreve a partir do presente e que as questões da pesquisa dependem, para além de nossa subjetividade individual, do lugar a partir do qual perguntamos, esta pesquisa atenderá, justamente, o *lugar* feminista de produção do conhecimento histórico.

Uma importante contribuição de autoras<sup>1</sup> feministas para a ciência foi justamente o questionamento da suposta neutralidade do discurso científico nas mais diversas áreas. A presença das feministas na academia trouxe não só inovações temáticas, ou novos objetos, como também uma nova perspectiva da pesquisa científica. As pesquisadoras feministas problematizaram as bases de conformação do conhecimento científico e passaram a questionar a neutralidade de um sujeito universal da ciência. Em relação à produção da história, esse movimento veio à tona na Europa após correntes que questionavam a historiografia tradicional, como a chamada *Escola dos Annales*, que procurava ampliar as análises do social a partir de novas fontes e documentos. Às fontes tradicionais pertencentes ao âmbito *público*, tido como masculino, foram acrescentadas outras, de caráter *privado*, onde as mulheres se faziam mais presentes<sup>2</sup>. Esta pesquisa se centra no estudo desse processo no

---

<sup>1</sup> Ao me referir às pessoas feministas, utilizarei o plural no feminino, que é justificado, em primeiro lugar, pela ampla maioria de pesquisadoras mulheres neste campo de estudos e, em segundo lugar, por um posicionamento político inspirado em autoras que questionam os parâmetros da língua portuguesa, em que o masculino é tido como neutro. Assim como diversas feministas, considero que o “neutro” é uma construção da língua e que esta, viva e em constante modificação, está sujeita a questionamentos deste tipo.

<sup>2</sup> Cf. SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, pp.275-296, 1997.

Brasil, a partir de um recorte que privilegia um ponto de observação: o estudo da produção historiográfica na revista *Cadernos Pagu*, entre 1993 e 2012.

Os *Cadernos Pagu* surgiram num contexto em que os debates feministas já vinham sendo colocados nas pesquisas acadêmicas, mas ainda assim este periódico pôde contribuir para a consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil, juntamente com outras publicações, como a *Revista Estudos Feministas*, fundada em 1992 e hoje vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A revista científica *Cadernos Pagu*, que existe desde 1993 e segue sendo publicada atualmente<sup>3</sup>, em dois volumes por ano, surgiu após dois anos de debates no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Universidade de Campinas (Unicamp). Neste período, no Brasil, ocorria uma emergência dos estudos da mulher e de gênero, tanto por um crescente interesse de pesquisadoras nesses temas, como por uma onda de financiamentos realizados pela Fundação Ford através da Fundação Carlos Chagas. Havia, por outro lado, uma falta de veículos para fazer circular esses novos estudos dentro do universo acadêmico, de forma que a criação de *Cadernos Pagu* assumiu um caráter político de abrir espaço para os estudos das mulheres e de gênero nas Ciências Humanas.

Embora seja uma revista que se propõe interdisciplinar, assim como o núcleo que a gerou, a intenção deste trabalho é investigar o espaço dos textos de história nesta publicação. A seleção levou em consideração a formação das autoras e seus vínculos institucionais, escolhendo aquelas que são e se colocam como historiadoras. O critério de seleção se justifica por um interesse específico em perceber como essas historiadoras articularam em seus trabalhos os debates feministas.

Ao longo da pesquisa inicial, de levantamento bibliográfico e de fontes, diferentes rumos se mostraram possíveis para o trabalho. Entre as possibilidades, poderia ser feita uma história da própria revista, abordando as articulações no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, como ele se formou, as condições de publicação da revista, os embates para legitimação do campo de estudos. Ou, também, se poderia ter discutido os textos da revista de uma forma ampla, fazendo um balanço das principais temáticas abordadas, das disciplinas que mais estão presentes ao longo dos vinte anos de publicação. Entretanto, levando em conta o que as fontes poderiam oferecer e, principalmente, meu interesse pelo diálogo das questões feministas com

---

<sup>3</sup> *Cadernos Pagu* está avaliada no Qualis CAPES com o índice A1 como revista interdisciplinar, cumprindo os requisitos necessários de avaliação dos artigos pelos pares da academia. Isso demonstra a legitimidade conquistada por essas pesquisadoras dentro do meio acadêmico, embora ainda enfrentem algumas dificuldades. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam;jsessionid=0E80D9D5A13EE2175A0DA1579E4B2393.qualismodcluster-node-66>. Acesso em 16/11/2013.

a produção historiográfica, considere que o mais profícuo em minha pesquisa seria buscar as evidências dos debates feministas nos textos de história.

Quanto à fonte utilizada, levo em consideração a reflexão de Jacques Le Goff<sup>4</sup> sobre documento/monumento, em que o autor coloca a necessidade do historiador questionar a produção do documento e entendê-lo como monumento no sentido de perceber como foi gerado, que forças atuavam quando da sua produção. A característica principal desse tipo de fonte, as publicações científicas, é a de ter a “função” original de apresentar resultados de pesquisa no âmbito universitário. São feitas para serem lidas, para uma circulação de idéias, e não para servirem como um tipo de registro, ou com a função de ficarem armazenadas. Neste trabalho tomados como documentos, os volumes da revista *Cadernos Pagu* não foram produzidos com a intenção de servir de fonte histórica, mas podem ser considerados como monumentos na acepção de Le Goff se pensarmos que a própria produção acadêmica, as questões e temas que são propostos, são reflexo do contexto e do momento histórico em que se encontram aquelas pesquisadoras. Assim, os textos de historiadoras em *Cadernos Pagu* não só trazem textos científicos interessantes a partir da abordagem de gênero, mas também trazem evidências dos assuntos da ordem do dia do que podemos chamar de um “feminismo acadêmico”, que aos poucos firmava seu lugar nas universidades brasileiras no início da década de 1990. Ao longo de vinte anos de revista, novos debates apareceram, ao mesmo tempo em que o próprio campo foi se consolidando e ganhando maior legitimidade. As revistas científicas, de uma maneira geral (e especialmente as bem classificadas, como é o caso de *Cadernos Pagu*), refletem e expõem aquilo que de mais importante vem sendo produzido em uma área do conhecimento. Como afirmou Regina Crespo,

Conhecer as revistas e analisá-las, em seus vínculos com o contexto em que circularam, significa acompanhar sua trajetória e a luta – silenciosa ou veemente, vitoriosa ou não – que desenvolveram pela consolidação de um espaço próprio no terreno político-cultural. Os grupos representados em cada uma delas buscaram não apenas atrair determinadas parcelas do público, como conquistar legitimidade cultural e política suficiente para difundir e, eventualmente, implantar suas idéias e projetos.<sup>5</sup>

Embora essa autora se refira às revistas modernistas publicadas em São Paulo e na Cidade do México entre 1910 e 1920, entendo que sua afirmação é adequada também para pensar as revistas acadêmicas do fim do século XX.

---

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 525-541.

<sup>5</sup> CRESPO, Regina Aída. Produção literária e projetos político-culturais em revistas de São Paulo e da Cidade do México, nos anos 1910 e 1920. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, vol. LXX, nº 208-209, p. 682, 2004.

Sobre o papel das revistas científicas na historiografia, o artigo de Julio Benvoglio<sup>6</sup> é relevante, pois o autor trabalha com o conceito de “máquinas de guerra”, de Deleuze, para abordar o papel das revistas nas disputas entre correntes historiográficas distintas. É interessante para pensar nas revistas como “armas” políticas, já que se entende que a historiografia não é um campo neutro, e, portanto, também está sujeita a disputas e divergências. Neste sentido, o autor diz: “um periódico é uma arma que demarca territórios historiográficos, fundando diretrizes de pesquisa, temas prediletos além de instaurar interditos a vozes dissonantes”<sup>7</sup>. Ainda que *Cadernos Pagu* seja uma revista interdisciplinar, e não unicamente de história, é possível pensá-la como uma “arma” das pesquisadoras feministas no sentido de consolidação e busca de legitimação do campo de estudos de gênero no Brasil. Além disso, fica claro que por sua posição de destaque acadêmico, demarca territórios e determina temáticas na área a que se refere.

Para articular o feminismo acadêmico com a análise dos textos estudados em *Cadernos Pagu*, dividi este trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma abordagem mais teórica: para tratar da produção historiográfica presente na revista, é importante discutir a questão da produção do conhecimento histórico. Utilizo autores que teorizaram a esse respeito, tendo em vista principalmente o papel do historiador como mediador do conhecimento: as questões que coloca, o tipo de fonte que utiliza e seus referenciais bibliográficos devem ser levados em consideração no estudo dos textos historiográficos. Ainda no capítulo 1, trato da crítica feminista ao conhecimento científico, que foi esse movimento que se deu nas décadas de 1970 e 1980, quando as mulheres entraram na academia e passaram a questionar seus pressupostos de funcionamento. Junto com outros movimentos questionadores, o feminismo contribuiu para desconstruir algumas premissas científicas tidas como neutras ou isentas, que na verdade encobriam uma relação de poder sobre a produção da ciência. Com essa crítica, as feministas propuseram uma nova forma de funcionamento da produção do conhecimento. Por fim, o último ponto do primeiro capítulo faz a relação entre os dois anteriores, abordando a historiografia feminista, ou seja, a incorporação da teoria feminista por historiadoras em suas pesquisas.

O segundo capítulo é sobre a criação da revista *Cadernos Pagu* no contexto de emergência de diversos núcleos de estudos de gênero no Brasil. Abordo algumas questões tratadas no primeiro Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos de Gênero,

---

<sup>6</sup> BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. In: *História Revista*, Goiânia, v.17, n.1, p.223-238, jan./jun. 2012.

<sup>7</sup> Idem, p.226.

realizado em março de 1991, em que a historiadora Margareth Rago esteve representando o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Além disso, outro marco importante na trajetória do feminismo acadêmico no Brasil foi o Encontro de Publicações Feministas, em 2002, o qual gerou um dossiê temático da Revista Estudos Feministas e onde também estiveram representantes da Cadernos Pagu. O tópico final do segundo capítulo explica com mais detalhes o levantamento feito com os textos de história da revista para esta pesquisa.

Por fim, o terceiro capítulo deste trabalho é o mais analítico, onde discuto o tema a partir do exame de casos específicos. Está dividido em eixos de análise que relacionam a produção historiográfica e a teoria feminista, e para explicar cada um selecionei alguns textos que exemplificam essa relação: primeiro, a questão das fontes e metodologia dos trabalhos, considerando não só que tipo de fontes as autoras utilizam, mas também qual o tratamento dado a elas. Em seguida, a questão do público e do privado, que é bastante presente nos debates da teoria feminista e que aparece com frequência nos textos de historiadoras em Cadernos Pagu. As mulheres por muito tempo foram relegadas ao espaço privado ou doméstico e muitas autoras questionam isso, seja na intenção de conseguir enxergá-las no espaço público, como também questionando essa divisão dicotômica operada pela ciência. Na conclusão deste capítulo trago as discussões sobre a utilização das categorias *mulheres* e *gênero* nos trabalhos de história. *Mulheres*, como uma categoria empírico-descritiva, e *gênero* como uma categoria de análise, ou uma perspectiva a partir da qual se olha a história. Ao longo do último capítulo, portanto, são mencionados e analisados artigos escolhidos de historiadoras na revista Cadernos Pagu. Esses exemplos auxiliam na compreensão da análise, mas é importante reiterar que cada um apresenta diversas possibilidades de leitura, interseccionando os eixos de análise.

A intenção deste trabalho não é a de classificar de forma inflexível os textos dentro de “gavetas”, e sim poder enxergar, a partir dos escritos de história que compõem esta publicação, como a teoria feminista pode ser articulada na produção historiográfica, com especial atenção para a história no Brasil e com foco na revista Cadernos Pagu.

## 1. O FEMINISMO E A HISTORIOGRAFIA: NOVOS OBJETOS E NOVOS OLHARES

*O conhecimento histórico tornou-se relativo tanto a uma determinada época do passado como a uma dada situação do historiador no tempo. Aceitou o engajamento do historiador em sua contemporaneidade e a relativização de sua objetividade no decifrar a linguagem das suas fontes, a necessidade de abarcar com os conceitos de seu próprio tempo a especificidade dos conceitos dos outros momentos históricos. Em vez de ter em mente leis ou etapas de desenvolvimento, o historiador passou a interpretar processos de mudança através de um conhecimento antes relacional, dialético, do que “científico”.*<sup>8</sup>

A citação acima, de Maria Odila Dias, é adequada para iniciar este capítulo, em que será aprofundada a relação entre estes dois pontos: a produção historiográfica e as propostas feministas para a ciência. No referido artigo, a autora faz um importante apanhado sobre a crítica feminista do conhecimento científico e sua convergência com tendências historiográficas que modificaram a forma de entender e fazer a história, dando conta do papel do historiador<sup>9</sup> como mediador do conhecimento histórico. No trecho citado acima, Maria Odila Dias demonstra uma dessas mudanças, que foi a relativização da objetividade do historiador na produção da história, admitindo sua subjetividade sobre a produção dos fatos e a elaboração de questões para as fontes históricas. A crítica feminista da ciência propunha justamente que se admitisse que a construção do conhecimento, em diferentes áreas, se dá através de pessoas, investigadores, que estão inseridos em seus contextos e cujas pesquisas são fruto de seu tempo e contexto social.

Para estudar a produção das historiadoras na revista *Cadernos Pagu* é imprescindível fazer alguns apontamentos sobre o papel do historiador na disciplina histórica e sobre o chamado feminismo acadêmico em que a revista e o núcleo de estudos ao qual pertence se inserem. Isso será feito em três seções: primeiramente, algumas considerações sobre a produção historiográfica; em seguida, apontamentos sobre a crítica feminista à ciência e a proposta de uma epistemologia feminista; e, por último, a relação mais específica entre feminismo e a história enquanto ciência. Cabe ponderar que cada um desses tópicos poderia ser aprofundado em trabalhos de mais fôlego, com um sem-número de autores para se levar em conta a respeito de cada discussão, e que aqui serão abordados dentro das limitações de espaço e de tempo de um trabalho de conclusão de curso.

---

<sup>8</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.45.

<sup>9</sup> Utiliza-se historiador, no masculino, para indicar esse ofício de uma maneira geral. Embora esse uso seja questionável, pois de fato a palavra não é neutra, utilizarei dessa forma neste capítulo pela convenção lingüística, que torna o uso mais prático.

## 1.1. Considerações sobre a produção do conhecimento histórico

Ao estudar o desenvolvimento da história como ciência, percebemos diversas inquietações dos historiadores a respeito de sua matéria ao longo do tempo. Preocupações como a questão do testemunho na história, a veracidade dos fatos históricos, a objetividade do historiador, a possibilidade de uma história “geral”, a maior importância desta ou daquela abordagem, as temáticas mais relevantes, entre outras discussões, foram temas de debates principalmente a partir do século XIX. Em se tratando aqui de um estudo historiográfico, que se propõe a analisar a produção de historiadoras em uma publicação específica levando em consideração a agenda historiográfica da segunda metade do século XX, é importante apontar algumas dessas questões que permeiam a produção do conhecimento histórico.

Para iniciar, considero fundamental abordar a “Operação Historiográfica” de Michel de Certeau<sup>10</sup>, texto importante para a reflexão de como se constitui o conhecimento histórico. Certeau discorre sobre a concepção de história enquanto uma operação: é a relação entre um lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Isso significa dizer, segundo esse autor, que a história produzida faz parte da realidade na qual está inserida. Resumidamente, os três pontos podem ser explicados da seguinte forma: em primeiro lugar, toda pesquisa parte de um *lugar* de produção a partir do qual se instauram métodos e que depende de um sistema de referência, ou seja, a história depende do lugar social de sua produção, considerando aí o historiador e a instituição à qual pertence. Certeau demonstra, assim, o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção do discurso do historiador. Em segundo lugar, o autor considera a história como *prática*, ou seja, a necessidade de uma técnica para a produção historiográfica. A prática do historiador estaria centrada em historicizar determinado “material”. Destacam-se os instrumentos dos quais se dispõe, como as fontes, e os métodos pelos quais se as utiliza. Por fim, a história como *escrita*, que só pode ser considerada histórica quando articulada com os dois fatores anteriores, o lugar e a prática. Assim, a escrita histórica fica controlada pelas práticas das quais resulta e, logicamente, também pelo lugar do qual é produzida. Esse modelo de Certeau tem sido utilizado principalmente por propor o lugar social de produção não apenas como “pano de fundo”, mas como aspecto determinante dessa.

---

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, pp.65-119.

Outra dimensão importante quando se pensa na produção da história é quanto às questões que se faz ao objeto de pesquisa. Antoine Prost dedica um capítulo às questões do historiador<sup>11</sup>, expondo que a questão colocada para realizar a pesquisa já diz muito sobre aquele trabalho. Isso porque nenhuma questão é ingênua: o historiador só faz perguntas para aquilo que será possível responder, que tenha vestígios que possibilitem a pesquisa. Ou seja, a *questão* sempre supõe um conhecimento prévio sobre as fontes disponíveis e a possibilidade de procedimentos de pesquisa a partir dessas fontes. Além disso, Prost coloca que o documento só se torna histórico quando questionado pelo historiador, o que remete à *prática* de Certeau. A questão evidencia qual temática será tratada, que tipo de documento será utilizado como fonte e, por conseqüência, que abordagem será dada pelo historiador àquele objeto. Trata-se, segundo Prost, de uma solidariedade entre questão, documento e procedimento para abordá-lo. Desde o momento em que escolhe o tema de pesquisa, passando pelas questões que elabora e pelas fontes que utiliza, o historiador está manifestando sua subjetividade. “Os historiadores, como indivíduos e como grupo, fazem parte da sociedade em que vivem; mesmo quando julgam suas questões ‘puramente’ históricas, elas estão impregnadas sempre dos problemas de seu tempo”<sup>12</sup>, diz Prost.

Ainda na questão do papel daquele que faz as perguntas ao objeto de pesquisa, José Amado Mendes, autor português, escreve sobre “a inevitável cumplicidade”<sup>13</sup> entre o historiador e a produção histórica. Segundo Mendes, após a *Escola dos Annales*, no início do século XX na França, um novo paradigma foi estabelecido, em que o historiador passou a se sobressair como parte importante da produção do conhecimento histórico, que não se daria sozinho, mas sim a partir da enunciação de um problema ou questão. Essa dimensão de que a história se produz a partir de uma seleção temática e elaboração de um questionário tomou forma na idéia de Febvre de que “toda a História é escolha” e que, assim, a teoria precede a história. Mendes destaca então, como os dois autores mencionados anteriormente, a influência do contexto histórico sobre a própria historiografia. Para estudar a produção historiográfica, torna-se importante estudar o historiador, recorrer a outros meios que possibilitem vislumbrar algo além de sua produção. Diz Mendes: “A história – ou, em sentido mais alto, a própria

---

<sup>11</sup> PROST, Antoine. As questões do historiador. In: \_\_\_\_\_. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, pp.75-93.

<sup>12</sup> Idem, p.84.

<sup>13</sup> MENDES, José Amado. Produtor e produção histórica: a inevitável cumplicidade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 1, pp.259-274, 1999.



história da história – não pode ser devidamente compreendida se não se atender, quer ao respectivo contexto, quer ao seu artífice, isto é, ao historiador”<sup>14</sup>.

Tendo em vista os pontos abordados sobre a operação historiográfica, as questões do historiador e a relação dele com a produção do conhecimento, é importante pensar no papel das historiadoras que publicaram na revista *Cadernos Pagu* entre 1993 e 2012. Os diferentes *lugares* dos quais partem suas pesquisas se articulam com os trabalhos de forma que se pode estudar essa produção historiográfica, pensando, também, no papel da publicação. Embora não se possa dizer que todas as autoras sejam feministas militantes, o fato de produzirem conhecimento na área dos estudos da mulher e de gênero e de publicarem em uma revista com esse viés editorial já diz bastante sobre seus posicionamentos teóricos e políticos.

## 1.2. A crítica feminista do conhecimento ou uma epistemologia feminista

*Se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera.*<sup>15</sup>

Com esse trecho de Margareth Rago, inicio a reflexão sobre a teoria feminista e sua relação com a produção do conhecimento científico. A partir de uma definição de epistemologia – um campo a partir do qual produzimos conhecimento científico –, a autora argumenta que o feminismo, ao entrar nos meios acadêmicos, questionou os padrões vigentes de funcionamento da ciência e propôs uma nova teoria do conhecimento. Ao ingressarem nas universidades, as mulheres trouxeram experiências e modos de pensar diferentes dos homens, fossem provenientes do movimento feminista ou de sua própria vivência distinta de “ser mulher”, o que acarretou em questionamentos e propostas de mudanças. A partir da constatação de que antes elas estavam na invisibilidade da ciência, novos objetos de pesquisa foram propostos, relacionados às experiências femininas, e novas perspectivas foram sugeridas para assuntos já presentes na academia. Frente a reações nem sempre positivas, as pesquisadoras precisaram lutar pela legitimidade científica de seus estudos, processo que permanece em movimento, visto que ainda há muito que ser alcançado nesse sentido.

---

<sup>14</sup> Idem, p. 269.

<sup>15</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 3.

Segundo Rago, a crítica feminista à ciência se baseia nos seguintes pontos: contesta o conceito de um sujeito universal da ciência como neutro, dizendo-o masculino, que estabelece padrões e exclui aqueles que não se inserem nessa norma; questiona, também, a implicação desse conceito universal na ciência, numa valorização e hierarquização de práticas masculinas em detrimento das femininas; e, por fim, problematiza os padrões de normatividade científica em voga, que são impregnados por valores masculinos. Ou seja, as feministas procuraram desconstruir as noções de objetividade e de neutralidade do conhecimento científico, e puderam evidenciar que os padrões de normatividade científica estavam carregados de valores masculinos. Não apenas novos objetos de pesquisa foram propostos, mas houve um esforço por mudança na forma de pensar a ciência.

Kenneth Gergen<sup>16</sup> resume a crítica da subjetividade do pesquisador sob a ótica feminista da seguinte forma:

Uma vez que um investigador adotou uma dada ontologia, esse sistema de orientação determina o que é considerado como relevante; os dados não podem corrigir ou falsificar a ontologia porque todos aqueles que foram coletados dentro dessa perspectiva só podem ser compreendidos em seus termos.<sup>17</sup>

Ou seja, a crítica feminista evidenciou o quanto as questões postuladas pelos cientistas estão inseridas num determinado contexto de ideologia androcêntrica, e que os resultados da pesquisa se darão a partir da perspectiva adotada pelo cientista. Além disso, demonstrou que a própria produção da ciência não é isenta, e sim constituída de relações de poder que determinam os “sistemas de orientação”.

Margareth Rago comenta que, ao perceberem que a linguagem científica estava atrelada a um padrão masculino, as mulheres lutaram por ampliá-la, dando novos significados na interpretação do mundo a partir de suas visões femininas. A autora coloca que o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática, em que o agente epistêmico não está colocado isolado do mundo que estuda, mas sim inserido nele. Ele não é isento ou imparcial, mas sim subjetivo: quem produz a teoria não está separado da prática, pois se passou a reconhecer que a produção da ciência, as questões que se colocam para a pesquisa desde seu princípio, são subjetivas e guiadas a partir de uma determinada visão de mundo. As teóricas feministas propuseram que o sujeito na ciência fosse tomado dinamicamente, em relação com determinações culturais, sociais, sexuais e étnicas.

---

<sup>16</sup> GERGEN, Kenneth. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, Mary McCanney (org). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, pp. 48-69.

<sup>17</sup> Idem, p. 50.

Os estudos feministas partem da aceitação do desafio de buscar novas balizas do conhecimento que não reproduzam as categorias do sistema de dominação que pretendem criticar, conforme Maria Odila Dias. A proposta feminista, como foi visto até aqui, é relacional e relativista, o que quer dizer que rejeita totalidades universais e balizas fixas.

Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar não somente as categorias das relações de gênero, como também os conceitos de reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina<sup>18</sup>.

A crítica feminista, portanto, propôs uma nova maneira de trabalhar com conceitos e categorias, mostrando que eles são fruto de contextos específicos, e que isso não estava destinado apenas às temáticas de interesse do feminismo, mas que toda a ciência deveria ser repensada. Tratava-se, assim, de assumir a historicidade de todo o conhecimento científico.

Nesse sentido, os próprios estudos feministas passaram a relativizar suas categorias de análise e *gênero* passou a ser utilizado cada vez com mais frequência. Inicialmente esses estudos focavam na *mulher*, tomando-a por uma categoria auto-explicativa, como se ser mulher fosse uma experiência muito parecida nos diferentes contextos que se apresentavam. Essa categoria mostrou-se insuficiente por não abordar a dimensão relacional da construção de papéis sociais baseada na diferença sexual, que a categoria *gênero*, por sua vez, pôde dar conta. A historiadora Joan Scott sistematizou o “gênero como categoria de análise” em artigo homônimo, que veremos em mais detalhes a seguir.

Ainda sobre a relação entre o feminismo e a ciência, uma característica que é importante ressaltar é a da coincidência entre militância e teoria nesse movimento. No Brasil, especialmente, sua reflexão teórica é produzida pelas próprias militantes<sup>19</sup>. Diferente de outros movimentos sociais e políticos, as agentes do feminismo são responsáveis por sua própria produção teórica, como foi demonstrado neste tópico e como será visto mais profundamente no próximo, em relação à produção historiográfica feminista. Ressalto, por fim, que o fato de estarem preocupadas em desconstruir uma desigualdade social durante a sua prática acadêmica não tira o caráter científico de seus trabalhos: elas justamente buscam uma nova perspectiva sobre o que é a ciência.

---

<sup>18</sup> DIAS, M. O. Op. Cit. p. 41.

<sup>19</sup> PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe (org). *Teoria política e feminismo – abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

### 1.3. Historiadoras feministas ou feministas historiadoras

Por causa da particular relação entre teoria e prática no feminismo, suas representantes na academia não deixam de exercer um posicionamento político quando estão pesquisando: os estudos feministas acadêmicos procuram conhecer o sistema de dominação arraigado e propor alguma forma superá-lo. Como foi visto, a questão da subjetividade é cara às feministas, que não acreditam em uma forma de ciência neutra ou isenta. No caso da produção historiográfica, defendem que a história se faz a partir do presente, ou seja, que as preocupações com a história vêm a partir de um determinado contexto onde se insere aquele ou aquela que pesquisa.

As primeiras feministas no meio acadêmico da história procuraram dar visibilidade para as experiências das mulheres em diferentes períodos. É o caso de Michelle Perrot, historiadora francesa de grande relevância para os estudos das mulheres. Representante de uma geração que vivenciou de perto os acontecimentos de maio de 1968 e participante do movimento das mulheres na década de 1970, Perrot é um caso exemplar da entrada maciça de mulheres nas universidades, primeiro como alunas e posteriormente como professoras, que trouxeram as principais pautas do movimento de mulheres, incorporando-as à prática acadêmica. O principal interesse dessas mulheres na disciplina da história era demonstrar a dimensão sexuada tanto da sociedade ocidental ao longo dos séculos como de sua própria sociedade, em que os homens dominavam a produção do conhecimento histórico. O desenvolvimento da história das mulheres, segundo Perrot, acompanhou o movimento de emancipação feminina.

Essas pesquisadoras – não só na França, mas também na Inglaterra e nos Estados Unidos, de formas diferentes – estavam interessadas em romper com o silêncio ao qual estavam reservadas as mulheres na história. Segundo Perrot<sup>20</sup>, esse silêncio ou invisibilidade estava relacionado com a questão do espaço público e o espaço privado: por não estarem na esfera dos acontecimentos político-institucionais, e sim relegadas ao interior da casa, as mulheres não apareciam tanto nas fontes tradicionais da história. Isso porque tais fontes eram os documentos oficiais, onde dificilmente se poderia perceber a voz das mulheres. Nesse sentido, cabe a relação das tendências historiográficas que se modificavam nos anos 1970 com a crítica feminista a alguns aspectos do funcionamento da ciência de então. O fato das fontes históricas não deixarem clara a participação das mulheres em determinados contextos não significava que elas não poderiam ser estudadas, mas sim que os métodos e fontes

---

<sup>20</sup> PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: \_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, pp.13-39.

deveriam ser repensados. Isso ocorreu num momento em que a própria história vinha sendo reformulada, com um resgate da demografia histórica, assim como novos temas como família, natalidade, mortalidade, vida cotidiana. Era possível, assim, incluir as mulheres e buscá-las na história não só através das fontes tradicionais de documentação oficial, mas também em outras bases.

A história das mulheres, em seu princípio, deparava-se com uma oscilação entre colocá-las como vítimas ou como rebeldes. A historiadora brasileira Rachel Soihet<sup>21</sup> apresenta essa questão dizendo que até a década de 1970 se discutia sobre a passividade da mulher frente à opressão da sociedade patriarcal, o que a autora considera uma visão empobrecedora da história, pois não levava em consideração as possibilidades das mulheres agirem como sujeitos políticos inclusive tentando modificar a ordem estabelecida. Por outro lado, emergiu na mesma época um enfoque em oposição ao anterior, em que era ressaltada a rebeldia das mulheres, vistas como vivas e ativas, sempre tentando burlar as proibições que lhes eram impostas. Uma revisão dos recursos metodológicos da história das mulheres passou, então, pelo esforço de superar essa falsa dicotomia. As mulheres não eram nem só vítimas, nem só rebeldes, e era necessário compreendê-las como seres complexos, abarcando todas as suas possibilidades de ação no passado, nos contextos em que se inseriam.

Essa renovação na história das mulheres trouxe a categoria de *gênero* como uma nova forma de olhar para a história, fazendo parte da perspectiva feminista questionadora do paradigma vigente. Seu uso mostra uma reavaliação crítica das premissas e critérios científicos existentes.

Para pensar no termo *gênero*, utilizo o principal referencial que é Joan Scott, historiadora norte-americana mencionada anteriormente, com o texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”<sup>22</sup>. Segundo ela, as pesquisadoras feministas que traziam novos objetos de estudo para a história, aos poucos constataram que utilizar a categoria *mulheres* não dava conta da dimensão relacional da desigualdade entre os sexos e que dizer *mulheres* pressupunha uma condição dada biologicamente, aspecto que o feminismo estava disposto a questionar<sup>23</sup>. A autora coloca que as definições normativas de acordo com a sexualidade são

---

<sup>21</sup> SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, E.; SOIHET, R.; MATOS, M. Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

<sup>22</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul/dez., pp.5-22, 1990.

<sup>23</sup> Já em 1949, Simone de Beauvoir trouxe a idéia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, que veio a ser um mote da luta feminista, evidenciando a construção social implicada nos papéis sexuais. Cf. BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo – fatos e mitos, vol. 1*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

socialmente construídas, e que, portanto, deve-se questioná-las e procurar investigar sobre como ocorreu esta construção em diferentes contextos. Utilizar *gênero* para operacionalizar as pesquisas significaria mudar a percepção sobre a participação das mulheres na história, não mais como um complemento à história “universal”, supostamente neutra, mas incorporada de forma relacional com os homens.

Soihet, no texto mencionado, cita Scott ao fazer uma crítica à utilização de *mulheres*, em que comenta sobre os limites das abordagens descritivas, que não questionam os conceitos e assim perpetuam o modo dominante de fazer ciência. As mulheres foram inseridas na história, conquistou-se um reconhecimento, mas em seguida elas foram relegadas a um segundo plano, um capítulo à parte numa história “geral”. A utilização da categoria de *gênero* seria justamente uma nova forma de perceber a história, em que o *gênero* é encarado como uma forma primeira de significar as relações de poder.

Por outro lado, dez anos depois do artigo citado acima, Rachel Soihet e Joana Pedro, no artigo “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”<sup>24</sup>, defendem que algumas autoras dentro das discussões feministas operam, recentemente, um retorno à categoria *mulher*. E que essa retomada teria um significado sobretudo político, em oposição a uma “despolitização” da categoria *gênero*. Utilizar *mulheres* possibilita o reconhecimento de diferenças, mas também permite um mapeamento das semelhanças, trazendo uma noção de identidade e de unidade maior que em *gênero*, noções necessárias para levar adiante as pautas feministas. Esse retorno, porém, não significaria abandonar os avanços que as análises de gênero trouxeram – ao contrário, agregaria uma unidade à luta política feminista, sem deixar de lado as particularidades de cada grupo social e suas identidades, aceitando a instabilidade semântica de *mulheres*, e não tomando-a como uma categoria inquestionável.

Essas duas categorias se mostram na historiografia brasileira não uma em substituição à outra, mas sim em uma coexistência, como veremos no terceiro capítulo, que analisa especificamente a produção historiográfica na revista *Cadernos Pagu*.

---

<sup>24</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, nº54, pp.281-300, 2007.

## 2. O FEMINISMO ACADÊMICO NO BRASIL E A REVISTA CADERNOS PAGU

*Para mim, feminismo é um jeito de olhar e pensar a realidade, incorporando a questão da mulher e as questões das relações de gênero, com uma proposta de transformação. Esse olhar pode se expressar em vários espaços e de modos diferentes; para algumas pessoas se expressa no movimento, na militância direta na comunidade, para outras esse olhar se reflete no preparo de uma aula, na maneira de encaminhar alunos ou alunas para temas de pesquisas que depois vão reverter em mais conhecimento sobre a condição da mulher. (...) Então, gostaria que se resgatasse essa idéia que todas somos feministas e que fazemos nosso feminismo de modos diferentes.<sup>25</sup>*

Foi visto no primeiro capítulo um apanhado mais teórico da produção acadêmica feminista de uma forma geral, tendo como base países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Neste segundo capítulo, apresentarei algumas questões sobre o chamado feminismo acadêmico no Brasil, não só do ponto de vista teórico, mas também quanto à organização dessas feministas em grupos de estudo. Dessa forma, pretendo chegar à criação do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, que deu origem à revista em foco neste trabalho. Em um segundo momento, apresentarei o espaço das historiadoras nessa publicação e alguns comentários sobre as temáticas abordadas e outros aspectos gerais dos textos levantados.

No Brasil, os estudos feministas nas ciências humanas ganharam mais força a partir da década de 1980, embora algumas publicações tenham ocorrido anteriormente, desde os anos 1970<sup>26</sup>. Livros e teses foram produzidos, não só na área de história, e aos poucos suas respectivas autoras ganhavam maior legitimidade no meio acadêmico. Contudo, essa produção ainda se dava de forma isolada e com um diálogo incipiente entre as diferentes pesquisadoras. Na mesma época, então, iniciou-se um movimento de criação de núcleos de estudos de gênero e da mulher, em diversas partes do país.

Sobre a institucionalização dos estudos de gênero no Brasil, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj<sup>27</sup> publicaram em 1999 um artigo importante que faz um apanhado desses estudos, de 1975 a 1995. As autoras se referem principalmente às ciências sociais, e não à história, mas a primeira parte do texto é bastante elucidativa, pois trata da relação entre os estudos

---

<sup>25</sup> BRUSCHINI, Cristina (informação verbal). In: COSTA, Albertina O.; BLAY, Eva A. (orgs.). *Gênero e Universidade*. NEMGE-USP: São Paulo, 1992, p. 37.

<sup>26</sup> Na área da história, pode-se destacar alguns trabalhos publicados ao longo da década de 1980: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

<sup>27</sup> HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos de gênero no Brasil 1975-1995*. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, pp.183-221, 1999.

universitários de mulher e o movimento feminista. Segundo as autoras, no Brasil o movimento feminista não tivera uma orientação mais radical como em países da Europa ou nos Estados Unidos, e desde seu princípio contou com acadêmicas construindo o movimento. Essas estudiosas tinham maior facilidade para receber, elaborar e disseminar questões do feminismo do “primeiro mundo”, que circulavam internacionalmente. Nos Estados Unidos, segundo Heilborn e Sorj, as feministas procuraram criar espaços alternativos para seus grupos de estudo, enquanto no Brasil elas procuraram se integrar à dinâmica da comunidade científica, vinculando esses grupos aos institutos e faculdades aos quais elas estavam ligadas. Isso fez parte de um processo por busca de legitimação na academia, juntamente com a utilização da categoria *gênero* que, segundo as autoras, denotava mais cientificidade aos estudos.

Algumas dessas pesquisas sobre mulheres ou gênero foram apoiadas financeiramente pela Fundação Ford<sup>28</sup>. De acordo com Heilborn e Sorj, as acadêmicas feministas no Brasil correspondiam ao perfil de cliente idealizado pela Fundação já na década de 1970, isto é, combinavam a pesquisa científica com a preocupação de intervenção social através de políticas públicas. Além disso, atendiam às prioridades temáticas da agência, que percebia as mulheres como tendo um papel crucial para a modernização das sociedades latino-americanas. O feminismo, na medida em que relativizava a maternidade como ideal de vida para as mulheres, contribuía em relação ao controle populacional dessas sociedades. A Fundação Carlos Chagas, que desde 1971 desenvolvia pesquisas no campo educacional<sup>29</sup>, mostrou-se um bom canal para os investimentos da Fundação Ford, pois possuía uma boa infra-estrutura organizacional, destacada reputação e era bem informada sobre as pesquisas que vinham sendo realizadas sobre essa temática no Brasil. Então, através da Fundação Carlos Chagas, a Fundação Ford investiu de forma maciça em bolsas de pesquisa para profissionais brasileiras, formando uma geração de pesquisadoras nos estudos de gênero. Esse tipo de apoio, que crescia através de novos programas de incentivo, foi fundamental para legitimar projetos de pesquisa na área de estudos da mulher e de gênero.

Assim, concomitantemente ao aumento de pesquisas nessa área e ao apoio de agências financiadoras, as pesquisadoras feministas na área das ciências humanas no Brasil começaram, a partir de 1980, a se organizar em grupos e núcleos de estudo sobre mulheres e

---

<sup>28</sup> Sobre a atuação da Fundação Ford no Brasil, ver MICELI, Sérgio. A aposta numa comunidade científica no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, Editora Sumaré, 1995.

<sup>29</sup> Informações a respeito da Fundação Carlos Chagas consultadas em: <http://www.fcc.org.br/institucional/2010/09/06/historico/>. Acesso em 16/11/2013.



relações de gênero. Os três primeiros núcleos fundados foram<sup>30</sup>: o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), na PUC-RJ, fundado em 1980; o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM) na Universidade Federal do Ceará, em 1981; e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) na Universidade Federal da Bahia, em 1983. Ao longo da década, outros núcleos e grupos foram criados, sendo um total de vinte por todo o país no final do ano de 1990, quando foi realizado um levantamento por estudiosas da Universidade de São Paulo (USP).

E foi na USP, em março de 1991, que ocorreu o I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero, cujos resultados foram publicados no documento “Gênero e Universidade”<sup>31</sup>. Esse encontro reuniu trinta e cinco participantes representando núcleos de universidades de todo o Brasil e foi realizado em dois dias, com quatro sessões de debates que possibilitaram o diálogo entre essas diferentes organizações. O Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu havia sido criado pouco tempo antes, em fins de 1990, mas mesmo assim enviou a historiadora Margareth Rago como sua representante. O documento publicado sobre o Encontro apresenta, ainda, um perfil dos núcleos então existentes, contendo nome do núcleo, coordenação, universidade vinculada, ano de fundação, reconhecimento oficial, entre outros itens.

Essa publicação tornou-se um bom ponto de partida para perceber as principais questões de discussão dentro do feminismo acadêmico no Brasil no contexto de fundação do Núcleo Pagu e posteriormente da criação dos Cadernos Pagu<sup>32</sup>. Além disso, deixa claro que os debates feministas na academia não eram novos, mas que lhes faltava uma maior articulação e conquista de legitimidade institucional. As discussões do Encontro de Núcleos passavam por questões diversas, fossem de caráter organizativo ou de cunho teórico sobre a produção científica. O objetivo desse Encontro foi justamente possibilitar a apresentação dos núcleos presentes e pensar em formas coletivas de ganhar espaço nas respectivas universidades.

Pelo caráter de transcrição que tem esse documento, é interessante analisá-lo percebendo os posicionamentos das diferentes pesquisadoras, nomes importantes dessa área

---

<sup>30</sup> Conforme levantamento exposto em COSTA, Albertina O.; BLAY, Eva A. (orgs.). *Gênero e Universidade*. NEMGE-USP: São Paulo, 1992, p. 125.

<sup>31</sup> COSTA, Albertina O.; BLAY, Eva A. (orgs.). *Gênero e Universidade*. NEMGE-USP: São Paulo, 1992.

<sup>32</sup> Na fala de Margareth Rago no encontro em questão, a pesquisadora diz que o nome do núcleo havia sido sugerido por Beth Lobo, e que fora escolhido em homenagem à memória dessa companheira influente no núcleo de estudos, que havia falecido pouco tempo antes do encontro. Além disso, o primeiro artigo do volume 1 da revista, escrito por Mariza Correa, traz a relação de Patrícia Galvão, a Pagu, com o movimento modernista brasileiro do início do século XX. Pagu foi uma mulher de destaque em seu contexto por questionar padrões de gênero, sendo jornalista e escritora socialista, entre tantos outros aspectos de sua trajetória que, devido aos limites de espaço deste trabalho, não podem ser comentados. Ver CORREA, M. A propósito de Pagu. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, pp.7-17, 1993.

de pesquisas, sobre os assuntos abordados. Não pretendo me deter em cada discussão, especificamente, pois o foco deste trabalho é outro, mas menciono algumas das questões de destaque nessa ocasião: inicialmente, uma discussão que Heilborn e Sorj também comentam no artigo acima exposto, é quanto à nomenclatura dos núcleos e grupos de estudo: se utilizariam *mulheres* ou *gênero*. Algumas participantes argumentam o caráter mais político da utilização de *mulheres*, mas muitas afirmam que o *gênero* é mais abrangente e que a dimensão política estaria presente com qualquer um dos termos utilizados. Uma segunda questão discutida, que é fortemente vinculada à primeira, é quanto à relação de suas atividades acadêmicas com a militância feminista. Enquanto algumas participantes, principalmente aquelas ligadas à militância “de rua”, colocavam essas duas esferas como separadas, outras, como Cristina Bruschini na citação do início deste capítulo, argumentavam em prol de uma forma feminista de fazer ciência. Ou seja, aquilo que elas faziam também seria uma forma de militância: Sonia Maluf<sup>33</sup> coloca que incorporar o feminismo enquanto método de pesquisa, considerando a ruptura efetuada com uma determinada concepção de ciência, já era uma forma de militar. Pela leitura do documento, percebe-se que essa posição sobre a relação entre militância e pesquisa acaba sendo um consenso entre as participantes ao final do encontro. A terceira discussão é sobre a oficialização dos núcleos junto às universidades, em busca de uma conquista de espaço e legitimidade. As participantes debatem sobre formas de conseguir apoio institucional e financeiro das universidades e sobre as vantagens e desvantagens da institucionalização. Por fim, as pesquisadoras trabalham em conjunto pensando em possibilidades para o futuro, como a criação de uma rede para articulação entre os núcleos e as pesquisas produzidas.

Mais de dez anos depois, em 2002, ocorreu outro evento importante, que foi o I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas, que teve lugar em Florianópolis e foi financiado pela já citada Fundação Ford. Segundo Luzinete Minella e Miriam Grossi, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina,<sup>34</sup> a idéia desse encontro surgiu a partir do diálogo de integrantes da Revista de Estudos Feministas (REF) e da Cadernos Pagu no congresso da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) do ano 2000.

O objetivo do encontro de publicações foi criar uma rede de distribuição e divulgação sobre publicações feministas, a partir do desejo de refletir conjuntamente sobre as

---

<sup>33</sup> COSTA, Albertina O.; BLAY, Eva A.(orgs.), Op. Cit., pp. 42-43.

<sup>34</sup> MINELLA, L.; GROSSI, M. Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n.1, pp.217-223, 2003.

dificuldades e estratégias para produzir uma revista acadêmica de qualidade, reconhecida pelos pares e de impacto no campo científico. Além disso, a percepção da necessidade de uma troca entre revistas acadêmicas e de ONGs fez com que fossem convidadas integrantes de publicações de diversos tipos. Estiveram presentes nesse encontro representantes de vinte publicações, sendo sete vinculadas a universidades e treze a ONGs. De acordo com Minella e Grossi, foi possível a construção de um mosaico sobre o papel das publicações na história do feminismo no Brasil, e a recuperação da história de publicações feministas não necessariamente ligadas à academia. Adriana Piscitelli, integrante do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu desde o início, falou sobre os 10 anos do Núcleo e da revista *Cadernos Pagu*, naquele momento já consolidada como das mais importantes no Brasil dessa área de estudos. Houve intercâmbio de experiências, criação de um espaço de reflexão sobre o feminismo brasileiro contemporâneo, segundo Minella e Grossi, e o encontro serviu ainda para a troca de idéias e sugestões relativas à produção editorial das revistas. Reforçando a idéia levantada no início deste capítulo, do caráter político dessas publicações, as autoras dizem: “As reflexões da mesa de abertura, assim como os intensos debates levados a cabo em dois dias de encontro, inspiraram todas as colaboradoras deste Dossiê, reforçando a convicção de que ‘publicar é um ato político’”<sup>35</sup>.

O artigo supracitado é a apresentação de um dossiê da REF, publicado no volume 11, de 2003, gerado a partir desse encontro de publicações feministas. O dossiê como um todo é bastante rico e mostra a qualidade das discussões realizadas no encontro. Além disso, serve bem para um estudo sobre o feminismo acadêmico e a importância das publicações para sua legitimação. Outro texto importante desse dossiê é “*Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos*”, de Adriana Piscitelli, Iara Beleli e Margaret Lopes<sup>36</sup>. Fazendo parte do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Unicamp, nesse artigo as autoras argumentam sobre a importância das revistas para a consolidação do campo de estudos de gênero nas ciências humanas, trazendo dados sobre o surgimento da *Cadernos Pagu* e informações estatísticas sobre temáticas e áreas do conhecimento abordadas. No tópico sobre a revista *Cadernos Pagu*, veremos mais desse artigo.

Frente à importância da Revista de Estudos Feministas (REF), situada atualmente na UFSC, cabe aqui realizar uma justificativa sobre este estudo se deter na *Cadernos Pagu*. Primeiramente, essa escolha se explica pois a extensão deste trabalho não permitiria um

---

<sup>35</sup> MINELLA, L.; GROSSI, M. Op. Cit., p. 218.

<sup>36</sup> PISCITELLI, A. BELELI, I. LOPES, M. M. *Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11(1), pp. 242-246, 2003.

estudo que abordasse ambas as revistas. Posteriormente, pois *Cadernos Pagu* é diretamente vinculada a um núcleo universitário, o que facilita a compreensão da política editorial da revista, que tem base nas discussões desse núcleo. Conforme Adriana Piscitelli afirma na apresentação do primeiro volume de *Cadernos Pagu*: "Esta é uma publicação intimamente ligada aos interesses e atividades de um grupo: um coletivo acadêmico interdisciplinar que pretende, através do trabalho conjunto, aprofundar-se no conhecimento em torno das categorias de gênero."<sup>37</sup> A publicação a princípio estava intimamente ligada aos interesses daquele grupo, aspecto que na REF está um pouco mais difuso.

## 2.1. O Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e os Cadernos Pagu

Na ocasião do Encontro de Núcleos Universitários de Estudos de Relações de Gênero, em 1991, o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu havia sido recém criado. Margareth Rago, representante do núcleo, inclusive comenta em uma de suas intervenções<sup>38</sup> sobre a não existência de um nome para o grupo no momento em que se inscreveram no evento. Era um projeto bastante inicial em relação a outros mais antigos e amadurecidos, como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da UFBA. Margareth Rago também comenta a discussão a respeito do nome do núcleo, se levaria o conceito de *gênero* ou *mulher*. Segundo a historiadora, o grupo optou por utilizar *gênero* por acreditar que assim ampliavam-se as temáticas possíveis para incorporar questões que pareciam excluídas do termo *mulher*. Ela comenta ainda sobre o apoio do IFCH da Unicamp, ao qual o Núcleo esteve vinculado desde o princípio. Sobre a questão discutida no encontro a respeito da institucionalização desses grupos de estudo, Rago diz que “a partir da experiência de solidão do trabalho de pesquisa”, as pesquisadoras fundadoras do Núcleo Pagu buscaram um lugar onde poderiam desenvolver pesquisas e projetos, coletar documentos sobre a condição feminina, enfim, realizar atividades coletivamente. Àquela altura, o Núcleo já reunia professoras, alunas e pesquisadoras da Unicamp.

O primeiro volume da revista *Cadernos Pagu* foi publicado em 1993, a partir da constatação da necessidade de ampliar o espaço já existente para divulgação dos estudos da mulher e de gênero, difundindo e estimulando a produção nessa área. As fundadoras, ou as pesquisadoras que publicaram nessa primeira edição, foram: Adriana Piscitelli (antropóloga);

---

<sup>37</sup> PISCITELLI, Adriana. Apresentação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, pp. 5-6, 1993.

<sup>38</sup> RAGO, Margareth (informação verbal). In: COSTA, Albertina O.; BLAY, Eva A. (orgs.). *Gênero e Universidade*. NEMGE-USP: São Paulo, 1992, p. 103.

Mariza Corrêa (antropóloga); Suely Kofes (antropóloga); Margareth Rago (historiadora); Leila Algranti (historiadora); Ana Maria Goldani (socióloga) e Carla Bassanezi (historiadora). Retomando a apresentação de Piscitelli desse primeiro volume, os objetivos do grupo eram, inicialmente, os seguintes:

Com a publicação semestral dos Cadernos Pagu, nosso Centro deseja colaborar com o esforço de outros periódicos, participando da difusão de reflexões que contribuam para o desenvolvimento do debate em torno do tema gênero. A intenção é também abrir suas páginas à produção de pessoas e/ou Centros que trabalham com esse tema, seja no Brasil ou no exterior. Neste sentido, queremos oferecer, nos próximos números e com a colaboração de um Comitê Editorial, um espaço amplo capaz de abrigar distintos materiais – ensaios, investigações, entrevistas –, diversos enfoques disciplinares e perspectivas teóricas.<sup>39</sup>

No dossiê da REF gerado a partir do Encontro de Publicações Feministas de 2002 e publicado em 2003, foi publicado um artigo de balanço da Cadernos Pagu por Iara Beleli, Adriana Piscitelli e Maria Margaret Lopes<sup>40</sup>. Nesse contexto, a publicação já estava completando dez anos e as autoras puderam fazer uma avaliação do que já havia sido produzido e publicado. Trata-se de momento de revisão e levantamentos não só dessa revista, mas de uma forma geral das publicações existentes, identificando principais tendências, orientações teórico-metodológicas, áreas disciplinares preferidas, etc. Tomando como premissa que publicações científicas são influentes indicadores e conformam campos disciplinares, as autoras colocam a importância de Cadernos Pagu para a consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil.

O primeiro número da revista foi publicado totalmente com contribuições de pesquisadoras do núcleo e com financiamento exclusivo da universidade. Essa vinculação do núcleo à Unicamp foi fundamental para viabilizar os primeiros números e, além disso, é marcante no que se refere às temáticas tratadas nos diversos volumes. Com o tempo e o crescimento da revista, no quinto volume, em 1996, o Núcleo conseguiu financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), conforme informa a página no portal Scielo<sup>41</sup>, e que segundo as autoras iniciou uma nova fase na história da revista. Os financiamentos e apoio de diversas agências, posteriormente, foram fundamentais para o crescimento da revista. A linha editorial e as contribuições de pesquisadores de fora da Unicamp foram se consolidando ao longo dos anos seguintes, conforme crescia a circulação da revista.

---

<sup>39</sup> PISCITELLI, A. Op.cit., p.6.

<sup>40</sup> PISCITELLI, A. BELELI, I. LOPES, M. M. Op. Cit.

<sup>41</sup> Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/cpa/paboutj.htm>. Acesso em 14/11/2013.

Com o tempo, *Cadernos Pagu* tornou-se uma das duas publicações mais relevantes dessa área, obtendo o índice Qualis A1 da CAPES como periódico interdisciplinar<sup>42</sup>. A mobilização central desde o princípio, segundo Piscitelli, Beleli e Lopes, foi de pensar como estimular a produção de conhecimento sobre gênero no Brasil, divulgar resultados de pesquisas inéditas (nacionais e estrangeiras), de reflexões teórico-metodológicas e fazer uma leitura crítica da produção internacional. As propostas do comitê editorial são resultado do trabalho de discussão do conjunto das integrantes do núcleo e expressam momentos da história dessa reflexão. As autoras destacam a preocupação com a diversidade temática nos artigos publicados na revista e o valor da produção não só para a academia, mas também em relação às possibilidades de diálogo com organizações não-governamentais. Por fim, ressaltam que a ampliação dos estudos da problemática de gênero torna possível aprofundar a compreensão do social e aprimorar os esforços para se opor às desigualdades, entendidas como distribuições desiguais de poder.

## **2.2. As historiadoras nos *Cadernos Pagu***

Antes de prosseguir para o terceiro capítulo, exponho um comentário sobre o levantamento de textos feito para este trabalho. Como o foco da análise seria um estudo historiográfico, sistematizei os índices de todos os volumes da revista e a partir disso fiz uma breve pesquisa sobre as autoras. Foram selecionados para leitura os textos daquelas que tinham alguma formação em história, fosse graduação, mestrado, doutorado, ou mais de uma dessas etapas. Entendo que pessoas com outras formações também podem fazer história, contudo, escolhi essa forma de seleção para poder limitar os textos a um volume razoável dentro de um trabalho de conclusão de curso. Além da seleção em relação à formação, priorizei as autoras brasileiras, procurando identificar em seus textos a presença de elementos da teoria feminista, em grande parte trazida de fora do Brasil e inclusive publicada em *Cadernos Pagu* na forma de textos traduzidos. Meu interesse principal foi analisar a produção historiográfica de pesquisadoras do Brasil incorporando a teoria feminista e referenciais nacionais e estrangeiros.

As edições da revista *Cadernos Pagu*, assim como em outras revistas acadêmicas, apresentam algumas subdivisões, tais como: um artigo de apresentação, que introduz os

---

<sup>42</sup> Quando avaliada na área de história, a revista fica com a avaliação A2. A outra revista considerada é a Revista de Estudos Feministas, com a mesma avaliação. Dados disponíveis para consulta no portal da CAPES: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam;jsessionid=84D46729E20C11016CEF8DB65E319583.qualismodcluster-node-66?conversationPropagation=begin>. Acesso em 16/11/2013.

leitores ao assunto abordado naquela edição; um dossiê, nem sempre presente, reunindo artigos de uma mesma temática; uma seleção de artigos abordando assuntos variados; debates em que são selecionados textos sobre uma mesma questão, com posições divergentes; transcrições de documentos, com comentários; resenhas de livros nacionais ou estrangeiros. Os dossiês de Cadernos Pagu apresentam os mais diversos temas, como sexualidade, história das mulheres, feminismo, uma homenagem a Simone de Beauvoir, masculinidades, diálogo entre *gênero* e *raça*, corpo, prostituição, entre outros. Eles dizem bastante sobre os interesses do corpo editorial da revista, que elege a cada volume este ou aquele assunto mais em voga para abordar. Como o objetivo foi de analisar a produção das historiadoras que publicaram nessa revista, não analisei a fundo a escolha dos temas para os dossiês, o que poderia ser feito no caso de um estudo que discutisse a produção editorial da revista. Por outro lado, também poderia analisar a escolha dos documentos históricos apresentados nos diferentes números da revista, mas em primeiro lugar essa seção não é uma constante e, em segundo lugar, não se trata de produção historiográfica propriamente dita. Para a análise pretendida neste trabalho priorizei, então, os textos da seção “artigos”, de temática livre, e os de dossiês temáticos. Ou seja, textos que apresentam resultados de pesquisa acadêmica.

Considerando os critérios expostos, foram selecionados cinquenta e dois textos dos trinta e nove números publicados de Cadernos Pagu. A maioria das autoras desses textos possui apenas um trabalho publicado, mas há algumas que se repetem. A explicação para a utilização do substantivo feminino quando me refiro às pessoas que publicaram em Cadernos Pagu se dá pelo expressivo número de mulheres (trinta e oito) em relação aos homens (apenas nove).

Em relação à formação acadêmica, ainda em termos quantitativos, a ampla maioria das autoras tem formação no estado de São Paulo, nas universidades USP e Unicamp. Mesmo excetuando as autoras de São Paulo, a região sudeste ainda é a que mais se faz presente, com pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul contam com duas pesquisadoras cada uma, e ainda há outras universidades do país com apenas uma representante. Essa distribuição reflete, por um lado, a centralidade da região sudeste na produção e divulgação do conhecimento científico no Brasil, mas, por outro lado, mostra também a política editorial da revista. Embora as integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu procurem diversificar os textos apresentados, fica claro que a maior proximidade com pesquisadoras de sua própria região provoca essa distribuição.

Por fim, no que tange os períodos históricos estudados por essas autoras, é considerável o foco no fim do século XIX e início do século XX no Brasil, com trabalhos abordando as transformações ocorridas nessa época em diferentes cidades brasileiras, cada um destacando um aspecto diferente dessas mudanças. São artigos que trabalham com modernização, políticas sanitárias, urbanização, profissionalização de mulheres, entre outros aspectos relacionados a esse momento de profundas mudanças na história do país.

Além disso, muitos textos trabalham com a temática da memória, o que expõe um foco no período que vai da década de 1940 até 1970, sobre o qual se pode realizar entrevistas de história oral, contando com os personagens daquele momento. Embora o período não seja muito extenso, os assuntos abordados a partir dessa ótica e os locais do Brasil estudados variam bastante.

Ainda que esses dois pontos representem uma maioria dos textos lidos, a gama de temáticas e períodos históricos abordados nos textos publicados em *Cadernos Pagu* é imensa, não se detendo temporalmente na história contemporânea e nem, especialmente, na história do Brasil. Há trabalhos que tratam de estudos medievais, de história antiga, história moderna; de Brasil colonial, período do Império, Primeira República; aqueles que trazem trajetórias pessoais de mulheres que se destacaram em seus contextos; outros que dialogam com áreas como a literatura ou a antropologia; artigos de revisão historiográfica. Quanto à abordagem, percebe-se artigos de história política, história social, memória, estudos de representações, história cultural. Diversos enfoques são dados pelas historiadoras que escreveram e publicaram na revista *Cadernos Pagu* entre 1993 e 2012 e que de certa forma, penso que se pode considerar como uma amostra da historiografia feminista no Brasil de uma forma mais ampla.



### 3. MULHERES, TEORIA FEMINISTA E HISTORIOGRAFIA: O CASO DA REVISTA CADERNOS PAGU

Conforme se sustentou nos capítulos anteriores, ao legitimar-se no espaço das universidades, o pensamento feminista questionou as premissas vigentes sobre o conhecimento então produzido. A partir dessa reflexão, vimos também como se organizou, em parte, o chamado feminismo acadêmico no Brasil e a revista *Cadernos Pagu*. Neste último capítulo será exposta a análise dos artigos de historiadoras selecionados de *Cadernos Pagu*.

Antes de iniciá-la, é importante fazer algumas considerações a respeito da metodologia do trabalho. Para a análise da teoria feminista nessa historiografia específica, elaborei questões que foram respondidas ao longo da leitura para sistematizar e comparar as principais informações dos artigos. A intenção foi identificar tendências teóricas, referências bibliográficas coincidentes ou não entre os textos, a formação das autoras, entre outras. Essas questões foram úteis tanto para elaborar um quadro geral dos artigos, como também para esta análise mais detalhada dos textos. Porém, a questão principal sofreu modificações à medida que a leitura e a sistematização das fontes foram sendo feitas. Inicialmente, a idéia era trabalhar com as categorias *mulheres* e *gênero* e investigar como as diferentes autoras as utilizavam, intenção que se expressava na pergunta “Como a autora trabalha com as categorias *mulher* e *gênero*?”. As leituras mostraram, contudo, que seria insuficiente analisar os artigos apenas nesses termos. Isso porque o que se entende por teoria feminista, neste trabalho, vai além da escolha entre essas duas categorias: há outros aspectos a serem abordados, como veremos em seguida. Muitos dos textos não apresentavam necessariamente uma teorização sobre essas categorias, mas dialogavam com a teoria feminista em outras questões. Assim, ao invés de tentar adequar as fontes a uma pergunta pré-determinada e inflexível, busquei encontrar que outros eixos da teoria feminista poderiam ser percebidos a partir dos textos.

Com a intenção de fazer uma abordagem qualitativa, principalmente em relação a posicionamentos teóricos, se tornou um pouco difícil não generalizar os textos ou tomar as autoras como representantes de algo maior do que o que realmente representam. Foram abordadas aqui as questões consideradas principais nesses debates e que são demonstradas a partir de alguns exemplos. Não se trata de uma tentativa de classificação limitadora, até porque uma das questões da teoria feminista do conhecimento é justamente relativizar categorias e classificações. Trata-se, então, de um recurso para facilitar a compreensão do trabalho, já que a maioria dos textos apresenta diferentes “classificações”, ou seja, esses eixos

de análise apresentam-se inter-relacionados nas fontes. Por serem muitos textos e a extensão deste trabalho ser breve, foram selecionados aqueles considerados mais representativos para explicitar cada eixo de análise, que são: a questão do manejo com as fontes e a metodologia dos trabalhos pesquisados; a abordagem sobre espaço público e privado; e a utilização das categorias *mulheres* e *gênero*<sup>43</sup>.

Um último comentário a ser feito é sobre a seleção dos textos. Embora os dois primeiros capítulos deste trabalho abordem a questão do feminismo acadêmico de uma perspectiva na qual as mulheres exercem forte protagonismo, não se pode desconsiderar que homens também vêm participando desse processo. Assim, justifico que a escolha dos estudos de caso específicos explicados a seguir não obedece fielmente à proporção de mulheres e homens autores de trabalhos de história em Cadernos Pagu, exposta no segundo capítulo. Isso se deve à adequação dos textos selecionados à explicação sobre os eixos de análise propostos. Ademais, é importante ressaltar o papel político de incluir homens nas publicações de Cadernos Pagu, evidenciando que o campo de estudos de gênero não é de exclusividade feminina e assim conquistando maior simpatia de outros segmentos acadêmicos. As mulheres foram importantes para abrir espaço para esses estudos, e embora ainda sejam maioria, há também homens que realizam trabalhos relevantes nessa área.

### **3.1. Fontes e metodologias: o diálogo com a historiografia**

Neste primeiro tópico, discuto como as autoras trabalharam com as fontes em seus trabalhos e como dialogaram com a produção historiográfica. Diferentes abordagens podem ser feitas quando se pesquisa história das mulheres e estudos de gênero na história, seja em relação ao tipo de fontes utilizadas ou ao enfoque teórico-metodológico de quem pesquisa.

A leitura do artigo de Gianna Pomata<sup>44</sup> foi um interessante ponto de partida para pensar nos tipos de enfoque em uma história feminista. Publicado em 1993, o texto faz uma nota crítica à obra História das Mulheres no Ocidente, e a partir disso discorre sobre a produção da história das mulheres e da *gender history*. A autora separa duas práticas que, apesar de diferentes, são indispensáveis uma à outra: uma seria a história social das mulheres, em que se

---

<sup>43</sup> É importante ressaltar que cada uma dessas subdivisões do capítulo poderia ser explorada mais a fundo e gerar novos trabalhos, mas a intenção é fazer um breve apanhado de cada uma delas. Além do mais, muitas outras abordagens poderiam ser feitas (em relação às temáticas ou períodos históricos abordados, por exemplo), mas destaquei aquelas que considerei mais relevantes para explicitar o problema proposto.

<sup>44</sup> POMATA, Gianna. Histoire des Femmes et Genders History. (note critique). *Annales ESC*, n.4, pp. 1019-1026, 1993.

busca compreender as condições concretas de vida de grupos de mulheres no passado; e a segunda seria uma história das representações das mulheres em diferentes discursos em momentos históricos, como o discurso médico e o jurídico. Segundo ela, ambos são importantes, mas os estudos das representações de gênero só serão válidos se houver um esforço em pesquisar as construções sociais do feminino e do masculino, enfatizando a necessidade de um estudo *relacional* de gênero. Sua crítica se refere àqueles estudos que se dedicam apenas à construção do feminino por discursos hegemônicos masculinos, pois em sua visão eles apenas endossam esse mesmo discurso, dando voz àqueles que sempre a tiveram e mantendo as mulheres silenciadas.

A partir dessa reflexão, a divisão da análise que empenho aqui é quanto ao tratamento das fontes e à metodologia, ou seja, se trata de uma análise mais propriamente quanto à produção historiográfica nesses textos. Utilizo as divisões sugeridas por Pomata, de história social das mulheres e das representações, e ainda a questão da história oral e memória, visto que é algo recorrente nos textos historiográficos em Cadernos Pagu.

### 3.1.1. História social das mulheres

A emergência da história das mulheres trouxe uma busca por encontrar a participação das mulheres em diferentes lugares e momentos históricos. Como colocam Rachel Soihet e Joana Pedro<sup>45</sup>, no contexto de mudanças de enfoques de pesquisa na historiografia nos anos 1960 com a valorização do cotidiano e da história “vista de baixo”, a história das mulheres tornou-se factível. As autoras destacam a dimensão assumida pela história social, que valoriza as identidades coletivas, em que as mulheres se inserem como um grupo a ter sua história contada. A preocupação da história social com a relação entre o “micro” e o contexto global “permite a abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais – elementos fundamentais da apreensão das vivências desses grupos, de suas formas de luta e de resistência.”<sup>46</sup> Os estudos de história social das mulheres, em oposição às pesquisas sobre representações, procuram abordar a partir de fontes escritas – documentos oficiais ou não – as condições de vida das mulheres em determinados contextos, buscando enxergá-las em situações do cotidiano, do trabalho, etc. Em geral, costumam ser textos mais descritivos. Ainda neste preâmbulo, cito Louise Tilly, sobre a relação entre história social e das mulheres:

---

<sup>45</sup> SOIHET, R.; PEDRO, J. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n.54, pp.281-300, 2007.

<sup>46</sup> SOIHET, R.; PEDRO, J. Op. Cit., p. 285.

A contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado – motor da história social – na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas. Fazendo isto, os(as) historiadores(as) das mulheres utilizaram o método chave da história social: a biografia coletiva, agrupamento de descrições individuais, padronizadas de modo a traçar o retrato de um grupo inteiro e oferecer um meio de estudo das variações interindividuais.<sup>47</sup>

Levando esses apontamentos em consideração, vamos a dois exemplos de estudos que se utilizam da história social das mulheres.

O primeiro é o texto de Petrônio Domingues, formado pela USP e vinculado à Universidade Federal de Sergipe: “Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil”<sup>48</sup>. O autor pesquisa a inserção das mulheres na associação Frente Negra Brasileira (FNB), fundada no início do século XX. Trabalha com os estereótipos sobre a mulher negra e os lugares aos quais elas estavam relegadas dentro dessa associação, por serem mulheres. A partir da análise de documentos da própria associação, o autor percebe que havia internamente uma reprodução da exclusão da mulher na sociedade em geral. Elas até poderiam participar de atividades, mas sem exercer cargos de liderança. Com a crescente preocupação da associação com esta problemática, foram criadas sessões especiais para mulheres, como foi o caso das “Rosas Negras” e depois a “Cruzada Feminina”, além de seção no jornal da associação, “A Voz da Raça”. Domingues faz uma importante interseção da questão feminina com a racial, ressaltando que as condições de vida das mulheres negras eram muito diferentes (e, comento, ainda são) das mulheres brancas. Em relação a elas, tinham somada a dificuldade do racismo e, em relação aos homens negros, tinham de enfrentar o machismo presente nas mais diversas instâncias. A partir das fontes documentais da FNB, o autor reconstitui as possibilidades e limites de ação das mulheres negras no início do século XX, principalmente no interior dessa associação. Trata-se de um texto de história social das mulheres pois busca investigar suas condições de vida concretas dentro da FNB e procura tirá-las da invisibilidade e do silêncio. Diferente dos estudos das representações, esse texto não busca a construção social dos papéis dessas mulheres, e sim busca dar voz a elas a partir da documentação estudada.

---

<sup>47</sup> TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, pp.29-62, 1994. P. 35.

<sup>48</sup> DOMINGUES, Petrônio. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, pp.345-374, 2007.

Em “Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920)”<sup>49</sup>, Cristina Donza Cancela, doutora em História pela USP e professora na UFPA, pesquisa os significados do casamento para mulheres de diferentes classes sociais de Belém a partir de fontes como processos civis e criminais e inventários. Através dessa documentação, ela consegue perceber que as práticas amorosas variavam de acordo com as classes sociais. O casamento estava vinculado à riqueza, condição social e prestígio. Já na população pobre os relacionamentos tinham maior informalidade, sem a necessidade estrita do casamento. Assim, a autora debate sobre os significados do casamento para diferentes mulheres, relacionando com a questão dos bens familiares e do contexto da cidade de Belém na virada do século XIX para o XX. Assim como o autor do texto anterior, Cristina Cancela faz uma abordagem aproximada com a história social das mulheres, trabalhando com fontes em que percebe as possibilidades concretas relativas ao casamento para mulheres de diferentes estratos sociais de Belém do Pará. Sobre o papel da autora e da instituição nessa pesquisa, é interessante notar que sua temática está bastante próxima do contexto em que ela está inserida, sendo da cidade de Belém do Pará.

Outros artigos também fazem abordagens aproximadas com a história social das mulheres, relacionando fontes documentais e buscando através delas fazer ver a presença ou participação das mulheres na história, tirando-as da invisibilidade. Devido ao pouco espaço disponível, ficamos com apenas esses dois exemplos. Além disso, os textos relacionados a esta seção são poucos comparando com os vinculados ao tópico seguinte, sobre as representações.

### 3.1.2. Representações

Os estudos que trabalham com representações são aqueles que procuram enxergar, através dos documentos, modos como determinados acontecimentos ou aspectos da vida eram representados no passado, tendo em vista quem produziu aquelas fontes. No caso dos estudos de mulheres e/ou de gênero, a maioria dos textos busca perceber através de fontes oficiais, do discurso masculino, como se constituíam as representações sobre as mulheres. As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Embora se dêem buscando uma universalidade na leitura do social, nunca serão neutras: são sempre determinadas pelos

---

<sup>49</sup> CANCELA, Cristina Donza. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 30, pp.301-328, 2008.

grupos que as forjam. Assim, muitos estudos feministas, seja considerando história das mulheres, seja fazendo história de gênero, utilizam essas noções para entender como foram construídas as representações de feminino e masculino na história.

Tiago de Melo Gomes tem formação na Unicamp e é professor na UFRPE. Em “Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920”<sup>50</sup>, trabalha com as mudanças nas relações de gênero em curso na década de 1920 no Rio de Janeiro, relacionando com as transformações sociais e de costumes. Assim como Petrônio Domingues, intersecciona o debate com a categoria de análise “raça”, tendo em vista os comentários dos jornalistas da época que vinculavam uma suposta degeneração dos costumes à miscigenação racial. Mostra a utilização de termos como *mulata* e *prostituta* como exemplos negativos mencionados por esses jornalistas ou escritores para as jovens da elite. O autor trabalha com as representações das mulheres realizadas por esses comentaristas nos jornais cariocas sobre os hábitos da juventude e sua (falta de) moralidade. Utiliza esses relatos de jornal para perceber mudanças comportamentais principalmente das moças, como cortes de cabelo e outras modas que, por serem acessíveis a todos, possibilitavam um “nivelamento social”. Para as jovens “bem nascidas” não seria bem visto adotar esses costumes, pois assim não se diferenciariam das “mulatas”. Neste momento, o autor faz uma necessária e bem feita crítica à relação dessa suposta degeneração da juventude de elite com os hábitos das mulheres negras das periferias.

Em suma, é um texto que trabalha com o “como eram vistas” as mulheres desse determinado grupo, em um veículo específico de comunicação. A entrada de mulheres e negros no espaço público era ameaçadora para os representantes do *status quo*, e o autor consegue fazer ver essa ameaça através das linhas desses comentaristas. Trata-se de um tipo de pesquisa diferente do anterior, pois não investiga quais eram as condições de vida dessas mulheres e jovens, mas sim qual era a leitura de membros da elite, os comentaristas de jornal, sobre o processo de mudanças no espaço urbano, com a entrada de negros e negras e as semelhanças de costumes entre jovens de elite e jovens pobres.

Ainda no enfoque das representações, o texto “‘A vida como ela é...’ imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues”, de Beatriz Polidori Zechlinski<sup>51</sup>, também é representativo. A autora, doutora em História pela UFPR, trabalha com as definições de papéis de gênero na sociedade a partir das crônicas de Nelson Rodrigues, num contexto de

---

<sup>50</sup> GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 23, pp.121-147, 2004.

<sup>51</sup> ZECHLINSKI, Beatriz P. “A vida como ela é...” imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.29, pp.399-428, 2007.

mudança social e econômica das grandes cidades como o Rio de Janeiro, na década de 1950, período de contradições entre velho e novo, moderno e ultrapassado. Essas mudanças atingiam principalmente mulheres de classe média, que redefiniam seus papéis com a noção de mulher moderna, que trabalha fora e não é mais apenas dona-de-casa. Zechlinski investiga a construção do discurso sobre papéis de gênero a partir das crônicas de Nelson Rodrigues, que refletiram essas mudanças em curso e ao mesmo tempo as reproduziram. Ou seja, trabalha com a representação das mulheres pelo autor nesse contexto de mudanças, em que ele revela uma visão conservadora das relações de gênero.

Muitos artigos de historiadoras na revista *Cadernos Pagu* trabalham com esse enfoque das representações, principalmente aqueles que utilizam a categoria *gênero* (reiterando que os eixos de análise se cruzam). Isso porque estudar construções de gênero, em geral, significa investigar como esses papéis foram pensados e representados em determinados veículos e documentações de diferentes períodos históricos. A grande maioria desses trabalhos de representações coincide com aqueles que utilizam a categoria *gênero*, portanto. E assim, constituem a maioria dos textos analisados nesta pequena amostragem investigada.

### 3.1.3. Memória e história oral

Além das duas abordagens mencionadas anteriormente, baseadas no texto de Gianna Pomata, há uma terceira, bastante recorrente nos artigos analisados na revista *Cadernos Pagu*: a metodologia da história oral, combinada com a temática da memória. No âmbito da história das mulheres, pela questão da dificuldade de encontrá-las em fontes “tradicionais”, ou mesmo por escolha de tipos de pesquisa que dialoguem com outras áreas do conhecimento, a metodologia da história oral é bastante utilizada. Citarei aqui dois exemplos.

O primeiro é “Dignidade, celibato e bom comportamento: relatos sobre a profissão de modelo e manequim no Brasil dos anos 1960”, de Maria Claudia Bonadio, com formação pela Unicamp<sup>52</sup>. A autora relaciona a profissão de modelo à condição feminina, e tudo o que isso implicava na década de 1960 no Brasil. Demonstra a diferença dos depoimentos de homens e mulheres sobre aquele período: enquanto o papel deles era pensar nas propagandas e nas modelagens da marca Rhodia Têxtil, o delas era modelar, de fato, vestir as roupas e servir para mostrar as coleções em seus corpos. Pessoas com experiências diferentes e com identidades de gênero diferentes logicamente teriam versões variadas para contar sobre um

---

<sup>52</sup> BONADIO, Maria Claudia. Dignidade, celibato e bom comportamento: relatos sobre a profissão de modelo e manequim no Brasil dos anos 1960. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.22, pp.47-81, 2004.

mesmo passado, e é isso que a autora explora em seu texto. Os depoimentos femininos estavam relacionados ao “fardo” da profissão de modelo e manequim, e muitas das depoentes, no momento das entrevistas, haviam como que apagado as lembranças relativas àquele tempo, pois não eram bem vistas por exercerem essa profissão, e seguiram outros rumos em suas vidas. Embora já estivesse em curso um movimento de profissionalização das mulheres, ele ainda era recebido com alguma resistência, sendo admitido apenas em profissões “tradicionais” de mulheres, como o magistério e a enfermagem. Para aquelas que quisessem ser modelos e manequins, profissões de “exibição”, a resistência era ainda maior: era mal visto para moças bem comportadas exercerem essa ocupação de exposição e pouca dignidade.

Já os homens entrevistados pela historiadora rememoravam aquele tempo com alguma nostalgia, pois se lembravam de campanhas importantes e de suas próprias criações, que lhes davam orgulho. A autora trabalha bem a questão da memória e de como ela pode mudar em se tratando de sujeitos tão diferentes. É um trabalho que consegue relacionar a dimensão de gênero como categoria de análise com as questões relativas à memória e à metodologia da história oral, e por isso considere importante mencioná-lo.

Outro caso de autoras que trabalham com história oral são Raquel de Barros Pinto Miguel e Joana Maria Pedro com o artigo “Narrativas de leitoras da revista *Capricho*: memória e subjetividade (1950 a 1960)”<sup>53</sup>. As historiadoras teorizam sobre memória, história oral e história das mulheres. Sua intenção é trabalhar a construção de gênero da revista *Capricho* em relação às jovens dos anos 1950 e 1960. Procuram investigar como a revista conformou identidades juvenis e como essas antigas leitoras rememoram sua juventude, entrelaçando a temática da memória com a categoria de gênero. Além de poder perceber qual ideal de mulher era publicizado para as moças leitoras de *Capricho*, as autoras intentam absorver a dimensão de gênero constituinte das memórias que, segundo elas, são sexuadas.

Relacionando com a questão do público e do privado, Raquel Miguel e Joana Pedro percebem que as memórias das mulheres são relativas, em geral, ao âmbito privado e à vida doméstica. Folheando as revistas, as entrevistadas relembrou fatos de sua vida íntima, ou o que estava acontecendo com elas naquela época. Cabe lembrar que isso não ocorreu porque é uma “tendência natural” das mulheres se lembrarem desta categoria de memórias, mas porque as construções sociais de gênero fazem com que estejam mais atentas a isso do que à vida “pública”.

---

<sup>53</sup> MIGUEL, R. B. P.; PEDRO, J. M. Narrativas de leitoras da revista *Capricho*: memória e subjetividade (1950 a 1960). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.33, pp. 235-264, 2009.



A relação da história oral com a história das mulheres e a construção de gênero é outro aspecto que poderia ser bastante aprofundado. São estudos que enfatizam a dimensão da subjetividade da memória, o que é bastante interessante e questionador para o campo da história, e ainda mais se formos relacionar com os estudos de gênero. Com esses dois exemplos, procurei dar conta dessa questão no universo de fontes aqui trabalhadas.

### **3.2. A questão do público e do privado**

Um ponto da teoria feminista que aparece de forma recorrente nos textos analisados de Cadernos Pagu é a desconstrução da dicotomia entre o espaço público e o espaço privado. Não só historiadoras problematizaram isso: trata-se de um debate próprio do feminismo de uma maneira mais geral. Neste caso, porém, o enfoque será na maneira como essas historiadoras brasileiras trouxeram isso à tona em sua prática histórica. É importante reiterar, novamente, que os eixos de análise deste trabalho não são excludentes entre si, ao contrário, estão em constante diálogo e justaposição. A análise fica mais clara se essa divisão for feita, mas, na prática, público e privado tem uma direta relação com a dimensão de gênero.

Teóricas feministas questionaram a polarização entre as noções de esfera pública e privada, pois suas reivindicações estavam relacionadas à conquista do dito espaço público pelas mulheres, historicamente tido como masculino. Os espaços público e privado estão intrinsecamente relacionados às demandas feministas e à construção de gênero, em que o que é público é relacionado ao mundo da política e, por consequência, à masculinidade, e o que é do âmbito privado, e doméstico, é vinculado à feminilidade. Nesse contexto de questionamento à lógica vigente, interessava ao movimento feminista contestar as determinações estabelecidas para lutar por mais espaço no âmbito público, da luta pelo voto, de uma maior participação das mulheres na política e no mundo do trabalho, entre outras demandas.

A autora francesa Arlette Farge<sup>54</sup> faz uma reflexão sobre a presença da política na vida das mulheres. Ela diz que o problema de utilizar a idéia de dominação na história das mulheres é que não permite apreendê-la como uma relação dialética. A partir da leitura do artigo mencionado, considero importante ressaltar também que a autora propõe reavaliar os diferentes acontecimentos dos quais as mulheres participam como políticos, ou seja, conceber

---

<sup>54</sup> FARGE, Arlette. La historia de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. *Historia Social*, n.9. In: LUNA, Lola g. *Historia, Genero y Política*. Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A., 1994.

como intervenção política o que em geral se concebe como acontecimento social. Trata-se de perceber a dimensão política presente nos acontecimentos do cotidiano. Isso significa tratar a dualidade “privado e público” como uma unidade, que deve ser apreendida enquanto tal. Ou seja, entender que não é uma dimensão polarizada e definida, mas que sua própria concepção é uma construção social, que favoreceu que os homens se mantivessem no âmbito público e as mulheres no privado. Ademais, quanto à produção da história das mulheres, o que aconteceu foi uma emergência do privado e do cotidiano, esferas em que seria mais provável encontrar registros da participação das mulheres – já que, é necessário lembrar, na produção dos documentos oficiais que são fontes para os historiadores, o registro que se tem do passado é, em sua maioria, feito por homens. Com os estudos sobre o espaço privado, foi possível iniciar a retirada das mulheres da invisibilidade na história.

Para pensar essa questão trago ainda o texto “Gênero, o público e o privado”, de Susan Okin<sup>55</sup>. A autora se propõe a analisar os conceitos de público e privado na teoria política e seus significados a partir de uma perspectiva de gênero. A dicotomia criada entre essas duas esferas acarreta, segundo ela, uma visão de que uma excluiria a outra. Porém, na visão de Okin, o que é tido como público e privado não pode ser interpretado isoladamente e não se pode negligenciar a dimensão de gênero dessas concepções. O *slogan* feminista, como a autora diz, passou a ser “o pessoal é político”. Feministas de várias áreas relacionaram os papéis das mulheres dentro da família às desigualdades a que são submetidas no mundo do trabalho, entre outros espaços. Não se pode entender a dicotomia público/privado, por exemplo, tomando-a como universal, pois é uma construção que se dá historicamente. É importante compreender que essa distinção não é dada de forma rígida e atemporal, mas que recebe conotações diversas dependendo do seu local e do tempo em que é analisada, assim como das diferenças entre os sexos e de como elas são concebidas. A autora não diz que não existam diferenças entre o espaço privado e público, mas reforça a noção de que são concepções construídas historicamente.

Dentro deste tópico, temos duas questões principais: a primeira, sobre a conquista do espaço público pelas mulheres e a segunda, relativa à demonstração de intelectuais feministas de que a esfera privada era também politizada, ou a politização do espaço privado.

A educação feminina se relaciona com a questão das mulheres no espaço público, visto que pessoas educadas têm mais possibilidades de participação ativa política, econômica e socialmente no contexto em que se inserem. O acesso das mulheres à educação e à

---

<sup>55</sup> OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.16, n.2, pp.305-332, 2008.

profissionalização também foi tema de estudos na revista *Cadernos Pagu*, como por exemplo, no texto “Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”, de Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira, historiadores do Rio de Janeiro<sup>56</sup>. Os autores abordam um período de intensas modificações sociais, como a urbanização, em que as mulheres passaram a ter mais oportunidades de estudar e trabalhar, possibilitando que tivessem maior participação na esfera pública. Abordam a noção de modernização no Brasil e a relação dialética com a manutenção das tradições ibéricas, mostrando a fusão de uma classe burguesa em ascensão com alguns interesses da elite rural. Com a industrialização, novos padrões de produção e de consumo entraram no país, mas isso não ocorreu como ruptura com a tradição rural oligárquia, “não havendo incompatibilidade entre a velha ordem social e a aceleração da acumulação capitalista”<sup>57</sup>. Destacam, ainda, a relação entre Rio de Janeiro, capital e vitrine do país, mantendo certas tradições, e São Paulo, como pólo da modernidade e do cosmopolitismo, e como esses padrões de cidade influenciaram os modelos de mulheres em cada local. Nesse contexto de transformações, a educação feminina passou a ser vista como boa para o progresso do país, desde que mantendo as mulheres nos seus espaços apropriados.

Assim, foi forjada uma educação socializadora, que enfatizava a domesticidade da mulher, além de guardar um “padrão sexuado de carreiras”, ou seja, as mulheres poderiam participar da esfera pública se exercessem apenas determinadas tarefas, como o magistério e a enfermagem. E mesmo em relação ao ensino básico haveria certas limitações: a educação era pensada diferenciando os sexos, não só separando as escolas, mas ensinando matérias diferentes para meninos e meninas. A partir da profissionalização das mulheres, Azevedo e Ferreira fazem uma analogia da sua entrada no espaço público, na época estudada, ao próprio processo de modernização do Brasil: manteve-se a subordinação feminina ao poder masculino, com a determinação de que matérias seriam ensinadas a elas e que tipo de profissões poderiam exercer, mas criaram-se as condições necessárias para uma alteração de papéis na esfera pública que posteriormente foi conquistada. O fato de as mulheres começarem a entrar no mercado de trabalho influenciou para que elas fossem em busca de mais direitos em anos posteriores, embora naquele momento estivessem relegadas, de uma forma geral, a um modelo estático de “ser mulher” e dos limites impostos às mulheres na esfera pública. A profissionalização aproximava as mulheres da esfera pública, mas só era

---

<sup>56</sup> AZEVEDO, N; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.27, pp.213-254, 2006.

<sup>57</sup> Idem, p. 223.

admitida dentro dos padrões de feminilidade, em tarefas que fossem adequadas para a “natureza feminina” como ensinar crianças pequenas ou cuidar de doentes.

Os autores mostram claramente a dimensão da construção desses papéis e dialogam com a questão do espaço público e do espaço privado, evidenciando a entrada das mulheres nesse âmbito da vida pública, antes reservada aos homens.

Maria Cecília Pilla, historiadora paranaense, no texto “Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal”<sup>58</sup>, inicia seu trabalho por manuais de administração do lar e livros de cozinha do início do século XX destinados às donas-de-casa. A autora trata da ênfase dessas publicações na necessidade das mulheres saberem administrar o lar, o que é demonstrado pela chamada “virtude do autocontrole” das donas-de-casa, em que o “governo de si” é indispensável para o “governo dos outros”. Os manuais, valorizando a conduta controlada da “rainha do lar” e seu domínio sobre a administração doméstica, reforçavam a idéia de que o lugar das mulheres era dentro de casa. Pilla problematiza suas fontes a partir de seu momento de produção, em que mudanças sociais estavam em curso. Tais mudanças sociais, principalmente nas grandes cidades, eram decorrência da crescente urbanização e modernização dessas cidades. Além disso, algumas mulheres já estavam começando a trabalhar fora e emergia a questão sufragista. Essas questões colocavam a perigo o *status quo*, então os manuais trabalhados pela autora serviram para tentar conservar padrões.

A questão da intimidade do lar, da privacidade, da necessidade de noções de higiene e limpeza eram fatores importantes para uma “boa administração do lar”, que revelava mulheres competentes em suas tarefas inatas. Embora não apresente mais detalhadamente a teoria em seu trabalho, Pilla elabora um texto que demonstra claramente a dimensão da preocupação com as definições de papéis para mulheres e homens, sendo elas relacionadas sempre ao doméstico e ao privado. As mulheres, para os elaboradores desses manuais, eram importantes sim, para a sociedade, mas como mães e donas do lar, ou seja, dentro de casa. Para eles era necessário manter as mulheres em seus devidos lugares, como fica demonstrado pela autora.

Um último caso neste segundo tópico é o artigo “Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)”<sup>59</sup>, de Maria Izilda Santos de Matos, historiadora pela USP. Abordando ocupações tipicamente femininas – de lavadeiras e amas-de-leite – a autora exemplifica como as transformações do espaço urbano influenciaram na nova configuração da família enquanto espaço “privado” e as novas obrigações das mulheres para

---

<sup>58</sup> PILLA, Maria Cecília. Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 30, pp.329-343, 2008.

<sup>59</sup> MATOS, Maria Izilda S. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, pp. 97-115, 1995.

cumprirem seu papel “natural”. Este artigo é interessante para abordar a questão dos espaços público e privado, pois a autora logra problematizar essas definições e relacioná-las com a temática estudada, das transformações urbanas em São Paulo, e algumas ocupações tradicionalmente femininas. A autora ressalta que essas categorias se redefinem no tempo e no espaço, e nem sempre constituem uma polaridade.

A arquitetura das casas, por exemplo, sofreu mudanças que refletiram essas transformações. Antes voltadas para o exterior, as portas e janelas das casas possibilitavam uma grande interação entre a vizinhança, o que acarretava numa interpenetração entre o público (a rua) e o privado (a casa). Havia assim um processo de socialização e uma forte noção de comunidade, que tinha identificação com seu local. Com a urbanização, aumento da população e medidas de higienização, isso foi se transformando, e esse processo fez com que a casa se tornasse o “centro do mundo”, um refúgio, a partir do qual a cidade cresce. Isso influenciou na nova atribuição de significados ao público e ao privado. Sobre isso, a autora diz:

O público, cada vez mais voraz, estende seus tentáculos no domínio das intimidades; o privado, posto na defensiva, fortifica laços particulares de convívio. Os espaços públicos começam a corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza.<sup>60</sup>

Assim, com a urbanização e higienização da cidade, acentuou-se a divisão entre espaço público e privado e ela foi sendo definida como dicotômica. As lavadeiras eram personagens que circulavam livremente pela cidade, e exerciam suas tarefas na rua, mas com esse processo de fechamento das famílias em suas casas, elas foram perdendo espaço. Em relação às amas-de-leite, com o processo de higienização, diversas campanhas sanitárias foram feitas incentivando a que as próprias mães amamentassem seus filhos. Com esses dois exemplos, a autora consegue demonstrar a dimensão das mudanças no espaço urbano com as medidas após a urbanização e a redefinição de público e privado.

Foram demonstrados nesta seção alguns exemplos de textos que abordam a questão e fazem notar que ela está presente em Cadernos Pagu. São textos que tanto problematizam a atual divisão entre esfera pública e privada, mostrando que houve mudanças nessa divisão, como também textos que relacionam que a política não está apenas no espaço público e institucional, mas também na organização social “dentro de casa”. Ambos aspectos tem

---

<sup>60</sup> MATOS, M. I. Op. Cit., p. 101.

relação com reivindicações e teoria feminista, que buscam questionar categorias estabelecidas como imutáveis e desconstruí-las, buscando lutar por uma sociedade menos desigual.

### 3.3. As categorias *mulheres* e *gênero*

A última questão desta análise é a que considero mais emblemática do debate feminista no meio acadêmico: a utilização de *mulheres* ou *gênero* no âmbito da produção do conhecimento. Segundo Clare Hemmings<sup>61</sup>, a versão predominante a respeito do desenvolvimento do feminismo acadêmico e do percurso das categorias *mulheres* e *gênero* – esta como categoria de análise, aquela como categoria empírico-descritiva – tende a mostrá-las uma como substituição da outra ao longo do tempo. A autora discorda dessa forma de “contar a estória”, pois, em primeiro lugar, ela simplifica áreas distintas do pensamento feminista e, em segundo lugar, considera que as teóricas feministas pós-estruturalistas foram as primeiras a desconstruir a noção de “mulher”, quando na avaliação de Hemmings esta tem sido uma das principais preocupações das feministas desde os princípios do movimento. Além disso, argumenta que essa narrativa pode ser adequada apenas para o feminismo anglo-americano, não servindo tão bem para outros locais. Teóricas de outras origens, segundo ela, devem procurar descrever suas próprias trajetórias.

Em relação à utilização desta ou daquela categoria, na prática, o que se vê é uma coexistência de ambas no espectro mais amplo que chamo aqui da teoria feminista na historiografia. Isso é perceptível na pequena amostragem dos textos de historiadoras na revista *Cadernos Pagu*, analisados neste trabalho. O objetivo, reitero, não é quantificar quais autoras usam qual categoria, mas apenas demonstrar que de fato são duas formas de pensar a pesquisa feminista na área de história, e que isso pode ser resultado tanto de uma discussão insuficiente, em alguns casos, como de uma escolha teórica e política deliberada<sup>62</sup>, em outros.

Assumindo a coexistência de *mulheres* e *gênero* na historiografia, nesta última parte do capítulo analisarei os textos de acordo com esse recorte da operacionalização de categorias. Sendo impossível explicitar na extensão deste trabalho todos os artigos lidos para a realização da pesquisa, destaco aqueles que considero mais relevantes para enxergar a teoria feminista deste ponto de vista.

---

<sup>61</sup> HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.17, nº1, pp.215-241, 2009.

<sup>62</sup> Essa “escolha teórica e política” foi explicitada no final do primeiro capítulo, em referência ao texto de Rachel Soihet e Joana Pedro, “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. Conferir nota 22.

### 3.3.1. A categoria empírico-descritiva *mulheres*

À primeira vista tida como ultrapassada, a utilização de *mulheres* revela determinado posicionamento teórico, como vimos anteriormente. Algumas autoras argumentam que utilizar *mulheres* sem uma maior problematização do termo traz uma idéia de essencialismo, que supõe esse grupo como homogêneo baseando-se apenas nas questões de diferença sexual – ou seja, reforçando o pensamento dominante da sociedade patriarcal. Assim, quando se falasse em *mulheres* haveria uma aproximação com a noção de feminilidade normativa e “natural” com a qual o feminismo busca romper. Defende-se, nesses casos, que autoras que não problematizam a construção da divisão social pelo “sexo biológico”, ou que não levam em consideração a dimensão relacional dessa construção, tendem a reforçar a idéia de que as mulheres constituem um capítulo à parte da história “geral”.

Como já foi demonstrado, há posições divergentes a essa, como a de Gianna Pomata, mencionada por Soihet quando da crítica à obra da “História das Mulheres no Ocidente”<sup>63</sup>. A historiadora citada acredita que a história de gênero não substitui a história das mulheres, e sim que servem a objetivos diferentes. A história social das mulheres, segundo ela, é necessária para “ampliar os limites de nossa memória do passado”, e não para desconstruir os discursos masculinos sobre as mulheres no passado. Soihet endossa essa posição argumentando que história das mulheres e história de gênero estariam ambas caminhando para uma interpenetração e que seriam indispensáveis uma a outra.

Muitas autoras analisadas nos cinquenta e dois textos que serviram como fontes não trazem discussões teóricas a respeito dessa questão, ou seja, não explicitam seu posicionamento no decorrer do texto. Contudo, é possível percebê-los, seja pela escrita, pela forma de trabalhar com as fontes, ou pelos referenciais citados.

Um exemplo sobre isso são os textos que não abordam a dimensão relacional de mulheres e homens, que as tomam como categorias pré-definidas, ou então, que não problematizam a construção social dessas categorias. Isso não significa dizer que esses trabalhos não possam ter uma dimensão política, pois de fato questionam a posição das mulheres em diferentes sociedades no passado e procuram dar visibilidade a elas.

O historiador Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa publicou “Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande, 1930-1945)”, no volume 24 da revista,

---

<sup>63</sup>SOIHET, R. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, E. M.; SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. de. *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

em 2005<sup>64</sup>. Uma nota de rodapé no início do texto informa que se trata de parte da tese de doutorado do autor, sobre a cidade de Campina Grande, na Paraíba e as múltiplas formas de lá viver e experimentar a cidade. Ou seja, dentro de sua pesquisa mais ampla e “geral”, o autor reserva um capítulo especial para as mulheres na cidade, o que mostra uma história das mulheres separada de uma história “geral” tida como neutra.

#### O autor pretende

compreender o cotidiano de mulheres do meio popular seguindo três recortes: primeiro, o palco das investigações é a cidade, o que me levou a buscar os significados e implicações que suas atividades tinham para a cidade e o modo como utilizavam alguns espaços e territórios; segundo, busco reconstituir aspectos da trajetória e da vida de algumas mulheres no seu cotidiano, privilegiando escalas menores, como suas andanças pelas ruas e subúrbios da cidade e suas relações cotidianas, embora não as isole das mudanças e questões mais gerais por que passava a cidade e o país; por fim, interessa a aproximação com mulheres que, por motivos vários, apareceram na cena urbana [...] dando-lhe características singulares que fazem da cidade um lugar de múltiplas práticas, relações e conflitos<sup>65</sup>.

No artigo, Sousa traz diversos casos particulares de mulheres na cidade estudada, abordando principalmente as relações interpessoais e conflitos familiares e entre vizinhos, que encontra em fontes como ações penais e criminais. O texto é bastante descritivo, enfatizando a vida cotidiana da cidade e as estratégias das mulheres ao se movimentar por esse espaço. Quando menciona as mulheres do meio popular, destaca seu domínio sobre o que chama de “códigos da cidade”, pois, como tinham de trabalhar nesse espaço masculinizado, era fundamental que apreendessem formas de transitar pela cidade. O autor dá um destaque especial a esse grupo de mulheres e a partir das fontes analisadas reconstitui a vida cotidiana no meio popular de Campina Grande.

O autor não problematiza a construção social dos papéis dessas mulheres, e pouco as relaciona com os homens da cidade. Trabalha com “práticas femininas” e sua relação com a cidade como um todo. Considera as mulheres como à parte de uma história “geral” da cidade, o que é bastante emblemático, mas não necessariamente representativo de muitos textos que aparecem em *Cadernos Pagu*.

Outro artigo que aborda *mulheres* como categoria descritiva é “A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945)”, de Natascha Stefania Carvalho de Ostos, historiadora pela UFMG<sup>66</sup>, publicado no volume 39,

---

<sup>64</sup> SOUSA, Fábio G. R. B. Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande, 1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.24, pp. 153-174, 2005.

<sup>65</sup> Idem, p.155.

<sup>66</sup> OSTOS, N. S. C. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 39, pp. 313-343, 2012.



de 2012. A autora traz uma reflexão sobre a construção do papel das mulheres enquanto “mães da nação” durante a chamada Era Vargas. Para isso, trabalha com as discussões públicas – em documentos oficiais e jornais – sobre a mudança do comportamento feminino urbano nos anos 1930 e início dos anos 1940. Tratava-se da preocupação com o suposto abandono, pelas mulheres, do lar e das suas funções “naturais” e sua ocupação de postos de trabalho antes reservados aos homens. A autora utiliza a noção de *mulheres* e de como os parâmetros de “ser mulher” se transformaram em uma questão de Estado na Era Vargas, sendo a primeira vez que o poder público entrava nas casas da população. Através de uma série de medidas oficiais, foram sendo reguladas as funções da mulher na sociedade, como a maternidade e a educação das crianças. Segundo Ostos, o Estado varguista apenas operacionalizou aquelas que já eram noções bastante presentes na sociedade “a respeito da importância da atuação feminina no âmbito familiar e no espaço doméstico”. A autora mostra questionar as noções essencialistas dos discursos oficiais quanto ao papel da mulher na sociedade, e o foco do trabalho é essa construção, embora o realize tendo em vista a categoria das *mulheres*, e não utilize *gênero* como categoria de análise.

Ainda no âmbito da história das mulheres, outro tipo de trabalho recorrente nos textos de historiadoras na *Cadernos Pagu* é o que trabalha com biografias ou trajetórias pessoais. São textos que trazem alguma personagem histórica que por variados motivos teve destaque em sua trajetória de vida. Na sua maioria, esses artigos trazem também uma ambientação do contexto em que a pessoa em questão vivia e os temas mais candentes em cada época. Em outros aspectos, como o período estudado, os referenciais teórico-metodológicos e bibliográficos, ou a escrita, esses textos se diferenciam bastante entre si. Alguns trazem mais discussão teórica, outros abordam diretamente a vida da personagem em questão como uma narrativa, outros ainda relacionam a personagem mais com o contexto da época.

No texto “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”, a autora Moema de Rezende Vergara, com formação entre a UFF e a UFRJ<sup>67</sup> traz uma reflexão teórica importante sobre a noção de mulheres excepcionais, que se destacaram em seus respectivos contextos, quebrando muros em relação ao que significava “ser mulher” nesses diferentes cenários. Essa autora, assim como já foi mencionado a partir de Rachel Soihet, comenta que os estudos sobre mulheres de uma primeira geração de pesquisadoras feministas, oscilavam – e em seu princípio enfrentavam esse ponto com maior dificuldade – entre a vitimização das mulheres em relação à opressão da sociedade machista e

---

<sup>67</sup> VERGARA, M. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.13, pp.223-251, 1999.

patriarcal, e uma heroicização daquelas que conseguiram burlar certos padrões e criar formas de resistência a eles. Vergara inicia essa reflexão teórica citando Geneviève Fraisse, que diz que essas mulheres “excepcionais”, “heroínas”, foram importantes pois abriram espaço para uma emancipação geral das mulheres, seja por ações pioneiras ou por deixarem legado para gerações posteriores. Porém, Vergara lembra que, segundo Varikas, a excepcionalidade tem um significado mais complexo, que

remete, em princípio, à transgressão de uma regra concebida e imposta por uma estrutura social patriarcal: a regra de inferioridade das mulheres ou, em todos os casos, de sua diferença fundamental em relação aos homens. [...] Toda mulher que não aceitava submeter-se a essa regra era, aos olhos da sociedade, excepcional<sup>68</sup>.

A noção de excepcionalidade endossaria a visão hegemônica de que a “regra” para as mulheres é de que sejam menos capazes que homens, reduzindo suas experiências históricas a uma feminilidade normativa. Toda mulher que fugisse a essa norma estaria destacando-se como excepcional, confirmando que poucas poderiam chegar a esse grau de emancipação. A autora propõe que se adote os casos dessas mulheres não como exceções, mas como a parte visível de um iceberg, que seria muito maior “embaixo d’água”. Por questões de disponibilidade de fontes, ou outros motivos, foram essas as mulheres e suas trajetórias que se fizeram ver em seus respectivos contextos, mas isso não significa que muitas outras não exercessem estratégias e resistências frente às desigualdades estabelecidas. Vergara sugere deixar o esquema norma-exceção de lado e enxergar essas relações sob a ótica da dialética entre singular e universal, aceitando nelas uma maior fluidez.

Utilizando os textos produzidos por Flora Tristan, uma socialista francesa do início do século XIX que lutava também pelos direitos das mulheres, a autora descreve as idéias principais da personagem estudada e sua condição enquanto mulher. Flora Tristan estabelece, em seus ensaios, relação entre a subordinação das mulheres e dos proletários, ambos os grupos destituídos de propriedade, e por isso excluídos da esfera das decisões políticas. Vergara explora os textos de Flora Tristan para entender seus posicionamentos políticos, mas também para perceber como ela operava enquanto mulher naquela sociedade. A forma como Tristan encarava certas questões do socialismo e das condições das mulheres poderia dizer bastante sobre sua própria situação.

Ainda sobre textos que trabalham com personagens históricos e suas trajetórias pessoais, cito: “Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-

---

<sup>68</sup> Idem, p. 227.

1889)”, de Vavy Pacheco Borges, historiadora de São Paulo<sup>69</sup>, em que a autora trabalha com o diário da personagem pesquisada e discute sobre essa prática relacionando-a com as mulheres casadas e viúvas do final do século XIX. É uma narrativa em que a autora se preocupa em contar a história daquela personagem especificamente, mas traz reflexões sobre memória e sobre os diários, fontes bastante comuns da história das mulheres. Há também o texto “Entre o feminino e o masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz”, de Monica Raisa Schpun, de São Paulo<sup>70</sup>, em que a autora trabalha com a primeira deputada mulher no Brasil e suas relações com as feministas como Bertha Lutz e com seus colegas homens na política. Trata da recepção ou reação desses homens a uma colega mulher na política, incluindo as diversas demonstrações de humor misógino, mas não chega a problematizar construções de gênero. Carlota ocupou espaço inédito para mulheres de sua época, e a autora mostra articulações para sua eleição com associações femininas e feministas, enfatizando a questão sobre Carlota não se dizer feminista, embora lutasse por mais direitos para as mulheres.

Percebe-se, nesses textos de trajetória pessoal, que em geral as autoras mostram a busca pelo diferente, e muitas vezes caem na noção de excepcionalidade explicada por Vergara, embora não seja sua intenção.

O percurso mais tradicional da narrativa feminista, me remetendo novamente a Hemmings, coloca que houve uma substituição da utilização de *mulheres* por *gênero*. Estudar trabalhos de historiadoras e historiadores que publicaram em *Cadernos Pagu*, embora seja uma amostragem bastante pequena, possibilitou perceber que não é o que acontece: muitos dos textos estudados aparecem como fazendo história das mulheres. A amostragem de textos trabalhados considera vinte anos de publicações em *Cadernos Pagu*, e mesmo em textos mais recentes, que de acordo com algumas teóricas seriam de gênero, pode-se perceber uma coexistência de ambos os tipos de estudos, que são complementares. Soihet, Pomata e outras autoras dizem que a história das mulheres é um enfoque que também é válido para a historiografia, e desde seu princípio foi importante para marcar espaço e tornar visíveis aquelas que não estavam contempladas por uma história tradicional, dita “geral”.

---

<sup>69</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.19, pp.113-143, 2002.

<sup>70</sup> SCHPUN, Monica Raisa. Entre o feminino e o masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.8/9, pp.331-377, 1994.

### 3.3.2. A categoria de análise gênero

A categoria *gênero* passou a ser utilizada por pesquisadoras preocupadas em entender a condição feminina a partir da década de 1980, entendendo que utilizar *mulheres* não daria conta de todas as relações baseadas nas diferenças sexuais. Seria necessário abordar nos estudos não só como as mulheres foram excluídas da história ao longo do tempo, como pretendiam as primeiras movimentações do feminismo, mas considerar a dimensão relacional dessa exclusão: as mulheres só eram consideradas como “o outro” pois havia um “eu”, os homens. E esse homem também era construído socialmente, também tinha um padrão normativo, que excluía qualquer desvio. Nos Estados Unidos, então, cunhou-se o termo *gender*, ou *gênero*, que poderia dar conta das ambições de oferecer maior amplitude a esses estudos. Além disso, mudar de *mulheres* para *gênero* dava um ar de cientificidade a esses estudos, fazendo com que se tornassem mais legítimos frente ao espaço predominantemente masculino – e machista – da academia. Na aparência, significava deixar a militância feminista – que era vista com algum receio – e poder realizar pesquisas com legitimidade científica.

Autoras feministas, principalmente nos EUA, já vinham realizando seus estudos utilizando a categoria *gênero* ao longo dos anos 1980. Contudo, foi em 1989 que a historiadora Joan Scott sistematizou, em artigo já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho,<sup>71</sup> a questão de gênero enquanto categoria de análise. Essa expressão veio a ser bastante repetida em diversas pesquisas de ciências humanas preocupadas com questões como desigualdade baseada em diferença sexual, sexualidade, identidade, etc. Scott coloca em seu texto que as definições normativas de gênero são socialmente construídas, e que, portanto, dever-se-ia questioná-las e procurar investigar nas pesquisas sobre como ocorreu esta construção. Assim, a melhor forma de fazer isso segundo ela seria utilizando a noção de gênero, o que significou incorporar a participação das mulheres na história de uma forma relacional com os homens. Scott mostra que a pretensão de neutralidade do “sujeito universal” da história não era válida, pois não existe uma história neutra. Propor a categoria de análise *gênero* significou mudar o foco do estudo: antes eram as *mulheres*, como categoria empírica e descritiva, tomada como algo dado naturalmente; agora passava a ser incorporado o *gênero*, como categoria analítica que evidenciaria as relações entre mulheres e homens na história.

Embora a revista *Cadernos Pagu* situe-se no contexto de emergência do gênero como categoria de análise – inclusive o próprio Núcleo de Estudos ao qual pertence leva essa marca

---

<sup>71</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul/dez., pp.5-22, 1990.

– muitos dos trabalhos não abordam explicitamente essa categoria, e sim trabalham com *mulheres*, como foi visto no tópico anterior. Muitos sequer mencionam a teoria, mas percebe-se que levam em conta justamente essa dimensão relacional da categoria de análise *gênero*. Vamos a alguns textos em que se pode verificar a utilização de *gênero* por historiadoras em Cadernos Pagu.

Em “O crime de sedução e as relações de gênero”, Karla Adriana Martins Bessa, historiadora pela Unicamp,<sup>72</sup> assume uma perspectiva de gênero, analisando modelos de mulher a partir de casos de mulheres “corrompidas” que buscavam a justiça nos casos de crime de sedução, nas décadas de 1950 e 1960. Ela aborda a construção de gênero pelo discurso jurídico e como as mulheres passavam de vítimas dos crimes a corruptoras ao longo dos processos. Analisa os dados das fontes considerando a dimensão relacional de gênero, ou seja, a construção do que significava “ser mulher” e, especificamente, sobre a importância da manutenção da virgindade e da honra como requisitos para ser uma “boa moça”. Problematisa a divisão binária de gênero nos processos. Trata também, em termos de teoria da história, a respeito de fontes judiciais: não analisa simplesmente o caráter discriminatório do judiciário em relação às mulheres, mas as práticas jurídicas em torno da sexualidade, fazendo um uso crítico das fontes e problematisando o momento da criação/redação dos documentos, e também quem os produziu. Como se pode perceber, é também de um estudo de representações, eixo de análise historiográfica que foi visto acima.

Maria Lúcia Mott, historiadora pela USP, utiliza a categoria de *gênero* para refletir sobre a construção da enfermagem como profissão tipicamente feminina na virada do século XIX para o XX, no texto “Reverendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920)”<sup>73</sup>. Ela explica que, por muito tempo, havia sido uma função “mista”, exercida tanto por mulheres como por homens e, principalmente, sem distinção qualitativa por ser um gênero ou outro. Com mudanças acontecendo no período em São Paulo, como a urbanização acelerada e o aumento da população, acentuaram-se os problemas relativos a saneamento e higiene, o que acarretava em maior transmissão de doenças. Os hospitais passaram então a adotar medidas mais severas de higiene, limpeza, comodidade, e a medicina passou a ter um papel predominante, com a instalação de cursos superiores e a difusão de novas técnicas e saberes exclusivos aos médicos – que em sua numerosa maioria eram homens. Novas necessidades surgiram e a enfermagem também sofreu mudanças, com a instalação de cursos em

---

<sup>72</sup> BESSA, Karla A. M. O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 2, pp.175-196, 1994.

<sup>73</sup> MOTT, Maria Lúcia. Reverendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 13, pp.327-355, 1999.

instituições de caridade como o Hospital Samaritano e uma difusão da idéia de que era uma função que seria melhor exercida por mulheres.

A construção de gênero que a autora explicita aparece nesse momento, em que se reafirma as características “naturais” das mulheres qualificando-as com uma maior aptidão, uma predisposição, a exercer a enfermagem, por sua capacidade “natural” ao cuidado direto de outras pessoas, bastante relacionado à condição de mãe. As origens da enfermagem moderna, segundo a autora, ocorreram concomitantemente com transformações dos papéis sociais de gênero. A enfermagem, ligada à esfera doméstica, seria própria para ser exercida por mulheres, pois o lar era o seu ambiente por excelência. A autora mostra, com esse texto, a “feminilização” da profissão de enfermeira e sua relação com as construções de gênero empregadas no início do século XX.

Em “A cultura na ponta do garfo: estética e hábitos alimentares na cidade de São Paulo (1890-1920)”, a autora Denise Bernuzzi Sant’Anna, historiadora pela PUC-SP<sup>74</sup> também trabalha com as transformações sociais em São Paulo na virada do século XIX para o XX, mas aborda suas implicações na cultura alimentar da cidade. Fazendo parte do dossiê temático “Gênero e alimentação”, este artigo, assim como outros do mesmo dossiê, traz o binômio gênero-alimentação. A autora trata da construção identitária da cidade de São Paulo como centro gastronômico e também a construção de gênero em relação a aspectos da alimentação e da gastronomia. Discute as atribuições dadas aos alimentos, os saberes da cozinha relacionados a papéis de gênero determinados, como o fato das mulheres serem relegadas a ficar dentro de casa. Soma-se a essa contextualização as posteriores preocupações com o corpo feminino e uma crescente valorização do emagrecimento, também tratados por Sant’Anna. As exigências corporais para homens e principalmente mulheres se encaixarem nos padrões de masculino e feminino aumentam, relacionando-se com a “qualidade da alimentação” e com a saúde. Nesse momento também cresce o padrão de magreza como aparência saudável, aspecto que com o tempo se intensificaria. Sant’Anna mostra que, por conta disso, havia diversas recomendações para uma boa alimentação, específica para a “natureza” das mulheres. Por fim, uma preocupação constante do início do século XX eram as questões de higiene, relacionadas ao crescimento da cidade e que a autora mostra estarem também relacionadas à alimentação, armazenagem de alimentos, etc.

Os três casos mencionados foram artigos representativos dessa produção que leva em conta a categoria *gênero*. Cada um deles é de uma época diferente da revista *Cadernos Pagu*,

---

<sup>74</sup> SANT’ANNA, Denize B. A cultura na ponta do garfo: estética e hábitos alimentares na cidade de São Paulo (1890-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 39, pp.177-200, 2012.

sendo o de Sant'Anna do último volume publicado até o presente momento. Essa variedade mostra a utilização de *gênero* em diversos momentos da trajetória da revista. São, contudo, apenas exemplos de uma maioria de artigos de Cadernos Pagu que abordam suas pesquisas da perspectiva de gênero, enfocando diversos temas de pesquisa sob essa ótica. Muitos desses textos, porém, enfocam apenas a construção de gênero sobre as mulheres, não abordando justamente a dimensão relacional dessa construção.

### 3.3.3. Os textos teóricos

Como mencionado no primeiro capítulo, uma característica do feminismo é que sua produção teórica é realizada pelas próprias agentes do movimento, aspecto que aparece neste tópico. Além da produção de pesquisas em história como as que foram demonstradas até aqui, algumas historiadoras na revista Cadernos Pagu são também agentes de reflexão teórica feminista. Neste tópico veremos três artigos em que autoras se propõem a escrever sobre a teoria feminista no Brasil, contribuindo para sua construção. Em primeiro lugar, essa presença de textos teóricos mostra a variedade de textos presentes na revista e, em segundo lugar, torna perceptível que as historiadoras não só se apropriam da teoria feminista, mas também realizam sua produção. Ou seja, a amostra de textos trabalhados na revista pode refletir, em menor escala, uma produção mais geral dentro desse campo de estudos.

O volume “Trajetórias do gênero, masculinidades...”, de 1998, apresenta o dossiê “Gênero, trajetória e perspectivas”, em que participam as historiadoras brasileiras Maria Izilda S. de Matos, Rachel Soihet e Margareth Rago. Esses artigos oferecem reflexões teóricas a respeito da produção historiográfica feminista e de suas próprias participações nesse campo. Em “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”<sup>75</sup>, Maria Izilda Matos<sup>76</sup> traça a trajetória dos estudos feministas em história e trabalha através da narrativa convencional sobre o feminismo na historiografia, que começa pela história das mulheres e alcança a emergência de *gênero* como categoria de análise. A autora contextualiza essa discussão, apresenta os novos espaços que surgiram para as mulheres, e as novas temáticas na historiografia a partir da emergência dos estudos feministas. Ela discute

---

<sup>75</sup> MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 67-75, 1998.

<sup>76</sup> Na escolha dos textos a serem trabalhados nesta pesquisa, procurei abordar a diversidade de historiadoras e historiadores que escreveram artigos em Cadernos Pagu. Contudo, algumas autoras contribuíram com mais de um texto, como é o caso de Maria Izilda Matos, e isso acabou se refletindo na seleção de exemplos. Percebe-se que é o segundo texto da autora nessa seleção, mas não foi uma escolha proposital devida à autoria, e sim porque ambos os textos pareceram apropriados para os respectivos tópicos em que se inserem.

principalmente a inserção de *gênero* em novas tendências da historiografia, seus impasses e possibilidades. Destaca a combinação da emergência desses estudos com novas tendências na historiografia de uma forma geral:

Os estudos de gênero vão ao encontro a certas tendências da historiografia contemporânea que questionam a concepção de história como evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades (...).<sup>77</sup>

A autora relaciona os estudos de gênero e feministas à produção historiográfica e suas principais tendências, ressaltando a necessidade de recuperar a historicidade do feminismo e suas diversas reivindicações ao longo do tempo. Além disso, observa a conexão entre a prática histórica passada e a atual, ou seja, que a própria prática histórica também carrega significados e divergências que se modificam com o tempo e circunstâncias históricas.

Rachel Soihet, historiadora carioca, é a autora de “História das mulheres e história de gênero: um depoimento”<sup>78</sup>. Este artigo difere do anterior pois a autora escreve de uma maneira mais pessoal, dando justamente um depoimento sobre seu envolvimento na produção da história das mulheres e de gênero. Traz questões importantes sobre o debate da teoria feminista na história, como a polêmica entre Scott e Tilly<sup>79</sup>, a respeito da adoção do pós-estruturalismo pela primeira e a história social pela segunda, debate que se refere também à utilização das categorias *gênero* ou *mulheres*. Além disso, Soihet aborda a dimensão do público e do privado através da autora Arlette Farge, discutindo a questão da política na vida das mulheres, abrangendo as diferenças entre a história política tradicional e a história do cotidiano. Soihet ressalta que Farge propõe uma nova concepção de história através da busca pela mulher como agente histórico, aproximando-se de domínios do cotidiano, ou privados. Enfim, Rachel Soihet faz um apanhado das principais questões do feminismo na historiografia e comenta sua participação como autora neste campo nos últimos anos.

O terceiro texto teórico que destaco é de autoria de Margareth Rago, intitulado “Descobrir historicamente o gênero”<sup>80</sup>. Esse artigo também retoma as principais questões

---

<sup>77</sup> MATOS, Maria Izilda, Op. Cit. p.71.

<sup>78</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero – um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 77-87, 1998.

<sup>79</sup> Esse debate entre as duas autoras foi publicado em *Cadernos Pagu* em seu terceiro volume, em 1994, mas por não se tratarem de historiadoras brasileiras e pela pouca extensão deste trabalho, não pôde ser abordado diretamente aqui.

<sup>80</sup> RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 89-98, 1998.



do feminismo na academia e dos estudos de gênero, e a autora faz seu relato como participante da criação do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Ela conta sobre as primeiras discussões a respeito da “chegada” do *gênero* no Brasil:

Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas, como sabemos. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico<sup>81</sup>.

Com um tom bastante pessoal, então, Rago faz uma reflexão a respeito da produção feminista na área da história. Desenvolve sua argumentação a partir da categoria *gênero* e sua repercussão no Brasil, apresentando as diferentes posições decorrentes dela, como a pós-estruturalista, a marxista, as chamadas feministas ortodoxas, entre outras. A autora articula questões como a dissolução de sujeito, operacionalizada por Foucault, e a convergência de problematizações na área dos estudos feministas, mas principalmente aborda o ponto central de questionar a dominação masculina também na ciência: “As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas.”<sup>82</sup> Rago demonstra a mudança que a adoção da categoria *gênero* representou para os estudos feministas, pois possibilitou apontar a sexualização das experiências humanas e desconstruir as narrativas masculinas que se tomavam como neutras. Foi quando tornou-se possível efetivar a crítica feminista ao funcionamento da ciência, assunto tratado no primeiro capítulo deste trabalho.

Esses textos, além de fontes sobre a produção historiográfica feminista na revista *Cadernos Pagu* e sobre a utilização das categorias *gênero* e *mulheres*, também servem de fonte para interpretar o advento desses estudos no fim dos anos 1980 e início dos 1990 no Brasil. Com o depoimento de cada autora sobre esse momento, pode-se ter uma idéia dos percursos do feminismo acadêmico no Brasil nessa época. Além disso, as três autoras fazem um balanço do que já foi produzido e das perspectivas para esses estudos, tendo um importante valor de diálogo para este trabalho.

---

Esses foram os três principais pontos de análise desta pesquisa, que procurei destacar para que fosse possível perceber a trajetória da teoria feminista nos textos de história da revista *Cadernos Pagu*. Inicialmente, um diálogo com a historiografia, investigando que tipos

---

<sup>81</sup>Idem, p. 91.

<sup>82</sup>Ibidem, p. 92.

de enfoques as historiadoras estudadas deram a seus objetos de pesquisa; depois, a questão do espaço público e privado e como as autoras os trataram em seus textos; e, por último, o debate sobre a utilização das categorias *mulheres* e *gênero*. Tendo em vista o papel do historiador e da historiadora na construção do conhecimento histórico, buscou-se entender, através desses três pontos, como a teoria feminista foi operacionalizada por historiadoras e utilizada nos trabalhos publicados na revista específica que foi analisada, a *Cadernos Pagu*. Além disso, procurei perceber como esses eixos se desenvolveram ao longo dos anos nos diferentes volumes da publicação. Ainda que tenham se passado vinte anos da primeira edição e que algumas perspectivas tenham se modificado, muitos dos debates do feminismo acadêmico do início dos anos 1990 continuam bastante atuais em textos da revista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Outrora rejeitada – e até marginalizada –, a história da mulher passou a ser encarada como uma possibilidade de recuperação de outras experiências. Com a incorporação do gênero como categoria de análise, tem-se procurado demonstrar que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Assim, destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise.*<sup>83</sup>

A história das mulheres e os estudos de gênero fizeram parte do processo de incorporação de novos objetos e novas formas de perceber a história, que teve lugar a partir de meados do século XX, quando a historiografia tradicional foi questionada e ampliou-se a noção do que é histórico. Novas fontes foram acrescentadas àquelas relativas ao âmbito público e masculino, como cartas, diários e os depoimentos orais. O movimento feminista contribuiu para mudar padrões sociais e políticos, e também possibilitou que se repensasse os modos de fazer ciência no ocidente. Os questionamentos propostos foram importantes nesse processo, trazendo as experiências femininas, e com isso novas visões a respeito da realidade social. Também foi relativizada a dicotomia sobre a objetividade e a subjetividade do pesquisador durante a pesquisa, como foi visto no primeiro capítulo.

O novo olhar feminista sobre a ciência e sobre a história possibilitou que se passasse a utilizar a categoria de análise *gênero*, abarcando não só as experiências das mulheres na história, mas relacionando-as com os homens e compreendendo seus papéis como definidos por uma construção social e cultural. Esse processo da incorporação da teoria feminista no âmbito da historiografia, porém, não está encerrado e ainda há caminhos a percorrer. Muitas das discussões a respeito da produção feminista no meio acadêmico, vistas no início da década de 1990, ainda estão presentes, sendo perceptíveis tanto em encontros de pesquisadores como em escritos científicos, inclusive nos próprios textos de historiadoras em *Cadernos Pagu*.

Procurei abordar esse processo no Brasil, tendo como foco a revista *Cadernos Pagu*, destacada em sua área de estudos. A escolha da fonte foi realizada considerando a relevância das revistas para compreender práticas acadêmicas e científicas. No capítulo analítico,

---

<sup>83</sup> MATOS, Maria Izilda S.. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, E. M.; SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. de. (Org.). *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, pp.83-114, 1997. P. 104.

busquei casos de textos que demonstrassem como se pode perceber alguns elementos da teoria feminista na produção historiográfica em Cadernos Pagu.

Os objetivos iniciais da revista enunciados por Adriana Piscitelli na apresentação do primeiro volume de Cadernos Pagu foram mencionados no segundo capítulo deste trabalho, e neste momento será avaliado se houve seu cumprimento de alguma forma. De uma maneira geral, a revista Cadernos Pagu, após esses vinte anos transcorridos, logrou ampliar o espaço para publicar pesquisas na área de estudos da mulher e de gênero no Brasil. Além disso, possibilitou um aumento de pesquisas nessa área, pois, na medida em que cresceram as publicações, cresceu também o interesse de novos pesquisadores pelo tema, caso desta que aqui escreve. Contudo, um problema que ainda se nota é que, ainda que o Comitê Editorial busque ser abrangente, publicando artigos de diversas regiões do Brasil, os textos apresentados ainda são muito centrados na região sudeste e, principalmente, no estado de São Paulo.

Quanto à relação com a historiografia, é importante mencionar que, embora as historiadoras que trabalham com essa temática escrevam bastante sobre sua prática, houve uma dificuldade de encontrar trabalhos que se propusessem a estudar a produção historiográfica feminista analisando aspectos de ambas as dimensões. Assim, muitas das autoras que aparecem como objeto de pesquisa nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, são também utilizadas como referências bibliográficas da área, em trabalhos que escreveram fazendo balanços de sua produção. Acredito que esta pesquisa pode contribuir, na dimensão proposta, com os estudos que envolvem historiografia e teoria feminista produzidos por pessoas que não estão ligadas diretamente a esse processo.

Embora ainda haja um longo caminho a percorrer em relação a uma maior legitimidade dos estudos feministas nas ciências humanas, e também quanto a uma não-exclusão, por assim dizer, dessas pesquisas em relação àquelas tidas como “gerais”, procurei com este trabalho contribuir com a necessária ampliação desse campo de estudos. Com enfoque na produção historiográfica em uma publicação específica e de destaque, busquei acrescentar às discussões um olhar novo, e não apenas de balanço, mas de reflexão, sobre o diálogo da teoria feminista na produção historiográfica, no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes consultadas

ALGRANTI, Leila M. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a concessão de dotes (1808-1822). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, pp. 45-66, 1993.

AZEVEDO, N; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.27, pp.213-254, 2006.

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, pp. 111-148, 1993.

BESSA, Karla A. M. O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 2, pp.175-196, 1994.

\_\_\_\_\_. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, pp.257-283, 2007.

BONADIO, Maria Claudia. Dignidade, celibato e bom comportamento: relatos sobre a profissão de modelo e manequim no Brasil dos anos 1960. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.22, pp.47-81, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.19, pp.113-143, 2002.

CALAINHO, Daniela Buono. Magias de cozinha: escravas e feitiços em Portugal – séculos XVII e XVIII. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.39, pp.159-176, 2012.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; MEIRELLES, Rejane da Conceição. Frágeis damas e mulheres fortes: a representação feminina na Restauração de Portugal (1640-1668). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.30, pp.373-394, 2008.

CANCELA, Cristina Donza. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 30, pp.301-328, 2008.

CHRISTEN, Elena Magnani Soares. Arras, dote e herança: a mulher aristocrata e o patrimônio familiar na Provença (final do século X – início do século XII). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp., 1998.

DEL PRIORE, Mary. Melusinas, sereias e mulheres-serpente na literatura sacra do século XVII. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.4, pp.49-74, 1995.

DELGADO, Andréa Ferrera. Memória, trabalho e identidade: as doceiras da cidade de Goiás. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.13, pp.293-325, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, pp.345-374, 2007.

DUARTE, Luiz Cláudio. Representações da virgindade. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 14, pp.149-179, 2000.

FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 27, pp.173-212, 2006.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, pp.117-142, 1995.

FUNARI, Pedro P. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, pp.179-200, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 8/9, pp.319-342, 1997.

\_\_\_\_\_. Simone de Beauvoir e a política. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 12, pp.79-91, 1999.

GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 23, pp.121-147, 2004.

LACERDA, Franciane Gama. Merecedoras das páginas da história: memórias e representações da vida e da morte femininas (Belém, séculos XIX e XX). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 38, pp.395-423, 2012.

LEITE, Miriam Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 15, pp.129-143, 2000.

MATOS, Maria Izilda S. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 4, pp. 97-115, 1995.

\_\_\_\_\_. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 67-75, 1998.

MIGUEL, R. B. P.; PEDRO, J. M. Narrativas de leitoras da revista *Capricho*: memória e subjetividade (1950 a 1960). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.33, pp. 235-264, 2009.

MOTT, Maria Lúcia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 24, pp.41-67, 2005.

\_\_\_\_\_. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 16, pp.199-234, 2001.

\_\_\_\_\_. Revendo a história da enfermagem em São Paulo (1890-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 13, pp.327-355, 1999.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. As sacerdotisas do sol: imagens sagradas e profanas do feminino nas crônicas espanholas do século XVI. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 19, pp.145-169, 2002.

OSTOS, N. S. C. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 39, pp. 313-343, 2012.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 25, pp. 25-54, 2005.

PILLA, Maria Cecília. Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 30, pp.329-343, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Quem tem direito ao “uso do véu”? (uma contribuição para pensar a questão brasileira). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, pp.377-403, 2006.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 89-98, 1998.

\_\_\_\_\_. Imagens da prostituição na Belle Époque paulistana. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, pp. 31-44, 1993.

\_\_\_\_\_. A liberdade entre a utopia e a história: Luce Fabbri e o anarquismo na América do Sul. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 8/9, pp. 279-317, 1997.

SANT’ANNA, Denize B. A cultura na ponta do garfo: estética e hábitos alimentares na cidade de São Paulo (1890-1920). *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 39, pp.177-200, 2012.

SCHETTINI, Cristiana. Emma Goldman e a experiência das mulheres das classes trabalhadoras no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.37, pp.273-285, 2011.

SCHPUN, Monica Raisa. O amor na literatura: um exercício de compreensão histórica. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.8/9, pp.177-209, 1997.

\_\_\_\_\_. Entre o feminino e o masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.8/9, pp.331-377, 1994.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; ANDRADE, Marta Mega de. Mito e gênero: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.33, pp.313-342, 2009.

SILVA, Edlene Oliveira. Quem chegar por último é a mulher do padre: as Cartas de Perdão de concubinas de padres na Baixa Idade Média portuguesa. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.37, pp.357-386, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.4, pp.75-96, 1995.

SILVA, Thais Rocha da. A senhora da casa ou a dona da casa? Construções sobre gênero e alimentação no Egito Antigo. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.39, pp.55-86, 2012.

SIMILI, Ivana Guilherme. Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial: as voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.4, pp.75-96, 1995.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero – um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, pp. 77-87, 1998.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 12, pp. 109-120, 1999.

SOUSA, Fábio G. R. B. Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande, 1930-1945). *Cadernos Pagu*, Campinas, v.24, pp. 153-174, 2005.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.24, pp. 127-152, 2005.

VERGARA, Moema. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.13, pp.223-251, 1999.

ZECHLINSKI, Beatriz P. “A vida como ela é...” imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.29, pp.399-428, 2007.

### **Referências bibliográficas**

AGUIAR, Neuma. *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

ANDRADE, Andreza. Gênero e Historia das Mulheres: diálogos conceituais. In: *XIII encontro estadual de história - história e historiografia*, 2008. Guarabira. Anais... Guarabira, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo – fatos e mitos, vol. 1*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos Annales. *História Revista*, Goiânia, v.17, n.1, p.223-238, jan./jun. 2012.

BRUSCHINI, M. C. A.; UNBAHAUM, S. G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34, 2002.

CERTEAU. Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.



COSTA, Albertina de Oliveira; BLAY, Eva A. (orgs.). *Gênero e Universidade*. NEMGE-USP: São Paulo, 1992.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

DINIZ, Débora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da *Revista Estudos Feministas*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, pp.245-253, 2004.

FARGE, Arlette. La historia de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. *Historia Social*, n.9. In: LUNA, Lola g. *Historia, Genero y Politica*. Barcelona, Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A., 1994.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à interpretação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.15, n.2, pp.291-308, 2007.

GERGEN, Mary McCanney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Brasília: Edunb, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil 1975-1995. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: editora Sumaré, p;183-221, 1999.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, vol.17, nº1, pp.215-241, 2009.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 525-541.

LOPES, Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, pp.115-121, 2004.

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n.1, pp.298-301, 2003.

MENDES, José Amado. Produtor e produção histórica: a inevitável cumplicidade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXV, n. 1, pp.259-274, 1999.

MINELLA, L.; GROSSI, M. Publicações feministas brasileiras: compartilhando experiências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n.1, pp.217-223, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n.2, 2000.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.16, n.2, pp.305-332, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, pp.77-98, 2005.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.22, pp.270-283, 2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINSKY, Carla B. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.17(1), pp. 159-189, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

\_\_\_\_\_. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PISCITELLI, A. BELELI, I. LOPES, M. M. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11(1), pp. 242-246, 2003.

POMATA, Gianna. Histoire des Femmes et Genders History. (note critique). *Annales ESC*, n.4, pp. 1019-1026, 1993.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

\_\_\_\_\_. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995, pp.81-93.

\_\_\_\_\_. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar; et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

SALOMON, Marlon. A propósito da história das mulheres e do gênero: entrevista com Gabrielle Houbre. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.2, pp. 135-143, 2004.

SAMARA, E. M.; SOIHET, R.; MATOS, M. I. S. de. (Org.). *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), jul/dez., pp.5-22, 1990.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas*

perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Tania. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, pp. 223-231, 2008.

SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, pp.275-296, 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, nº54, pp.281-300, 2007.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, pp.29-62, 1994.

## ANEXOS

Quadro 1 – Formação das autoras (total de 44) <sup>84</sup>

Unicamp	13
USP	8
UFF	5
UFRJ	3
UnB	3
UFSC	3
PUC-SP	2
UFPR	2
UFRGS	2
UEM	1
UFPA	1
UFMG	1

Quadro 2 – Períodos históricos abordados (total de 52) <sup>85</sup>

Brasil República, fim do século XIX – início do XX	21
Brasil República, 1950 – presente	9
Textos teóricos e de revisão bibliográfica	8
História Moderna	4
História Antiga	3
História Medieval	2
Brasil Colônia	2
Brasil Império	2
História Contemporânea	1

<sup>84</sup> O número total de autoras é menor que o número total de artigos devido à presença de mais de um texto de mesma autoria em alguns casos.

<sup>85</sup> Para facilitar a visualização, este quadro está dividido em períodos históricos sob uma ótica “convencional”. Entendo sua parcialidade e sua limitação (seja por apresentar divisões baseadas na história política, seja por uma cronologia eurocêntrica tida como “geral”), contudo, a tentativa de tornar o quadro mais objetivo é incompatível – pelo menos, por enquanto – com uma relativização maior de definições de períodos históricos.

Quadro 3 – Divisão conforme a análise do item 3.1 deste trabalho, “Fontes e metodologia”<sup>86</sup>

História Social	19
Representações	19
Memória e História Oral	6

Quadro 4 – Utilização das categorias *mulheres* e *gênero*, conforme análise do item 3.3.<sup>87</sup>

Artigos que trabalham com a categoria <i>mulheres</i>	23
Artigos que trabalham com a categoria <i>gênero</i>	21

---

<sup>86</sup> Exclui-se, desta divisão, os 8 textos teóricos e de revisão bibliográfica citados no quadro anterior.

<sup>87</sup> Idem.